

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Sandra Dias Pereira da Costa

A EXPERIÊNCIA VIVIDA NO ACAUTELAMENTO:
a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a
lei

Governador Valadares
2016

SANDRA DIAS PEREIRA DA COSTA

A EXPERIÊNCIA VIVIDA NO ACAUTELAMENTO:

a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com
a lei

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eunice Maria Nazarethe Nonato

Governador Valadares


2016

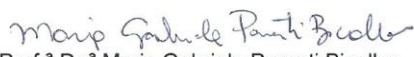
UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

SANDRA DIAS PEREIRA DA COSTA

“A EXPERIÊNCIA VIVIDA NO ACAUTELAMENTO: impactos da medida socioeducativa na ressocialização do jovem em situação de conflito com a lei”

Dissertação aprovada em 28 de setembro de 2016, pela banca examinadora com a seguinte composição:


Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato
Orientadora - Universidade Vale do Rio Doce


Prof.^a Dr.^a Maria Gabriela Parenti Bicalho
Examinadora – Universidade Federal Juiz de Fora


Prof.^a Dr.^a Maria Terezinha Bretas Vilarino
Examinadora – Universidade Vale do Rio Doce

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE
SANDRA DIAS PEREIRA DA COSTA**

Matrícula Nº 43.255

Aos vinte oito dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis (28/09/2016), às 10h (dez horas), na sala 13 do Bloco PVA da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada "A EXPERIÊNCIA VIVIDA NO ACAUTELAMENTO: impactos da medida socioeducativa na ressocialização do jovem em situação de conflito com a lei", Linha de Pesquisa: Território, Sociedade e Saúde, elaborada pela aluna **Sandra Dias Pereira da Costa**. A comissão julgadora foi composta pelas professoras Doutoras Eunice Maria Nazareth Nonato – UNIVALE, (Orientadora), Maria Gabriela Parenti Bicalho - UFJF e Maria Terezinha Bretas Vilarino - UNIVALE. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestrande Sandra Dias Pereira da Costa para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestrande e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação aprovada, fazendo as seguintes observações:

a banca ressalta a qualidade do trabalho e
recomenda publicação.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora.

Governador Valadares, 28 de setembro de 2016.

Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato
Orientadora

Prof.^a Maria Gabriela Parenti Bicalho
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Terezinha Bretas Vilarino
Examinadora

*Ao Grande autor e consumidor da minha fé,
JESUS.*

*Aos meus irmãos Dadá e Bibim, um dia a gente
se encontra. Saudades eternas!*

AGRADECIMENTOS

À Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), da Secretaria de Estado de Defesa Social, por autorizar a realização da pesquisa com os jovens.

À equipe do Programa *Se Liga* pela atenção e o apoio na realização da pesquisa de campo.

Aos jovens entrevistados que se tornaram coautores deste trabalho, por compartilharem suas histórias e experiências de vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Eunice Nazareth que se tornou grande parceira, me incentivando e acreditando que eu daria o melhor de mim.

Ao meu esposo Geraldo e ao meu filho Lucas, pela compreensão e paciência nas minhas ausências.

A minha Grande Família Dias, por toda a torcida, pelos sorrisos, pelas mensagens de incentivo, por serem meu esteio.

À Profa. Denise Coelho Chaves, por apostar sempre na minha capacidade e crescimento acadêmico e profissional.

Meus sinceros agradecimentos!

Obrigada!

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta dissertação é resultado das inquietações que emergiram da participação no projeto de pesquisa e extensão “Juventude, Educação e Direito” no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis em Governador Valadares e me remeteram ao campo dos estudos sobre juventude. Busca compreender o fenômeno do acautelamento a partir dos significados atribuídos à experiência vivida por jovens egressos do sistema socioeducativo e possíveis contribuições no processo de reinserção social. Apresenta trabalho construído numa perspectiva interdisciplinar, ao discutir sobre juventude em situação de conflito com a lei, numa articulação entre as concepções do campo sociológico e aos estudos territoriais. Adota a metodologia qualitativa recorrendo à entrevista semiestruturada como instrumento básico de análise. A pesquisa aponta que os jovens transitam por múltiplos territórios no acautelamento, sendo as territorialidades (re)construídas continuamente, em que o cotidiano vivido é marcado por desafios e conflitos diversos, a partir das relações sociais e de poder estabelecidos. As experiências vividas na medida pautam-se em aprendizagens positivas e negativas que contribuem com a reflexão sobre os atos cometidos. Todavia, não evidenciamos de forma palpável, entre os sujeitos entrevistados, uma contribuição direta com o processo de reinserção social que é precarizado em virtude dos estigmas produzidos pela situação de acautelamento que permanecem demarcando o sujeito após o cumprimento da medida; pela baixa escolaridade e pelas dificuldades de inserção no mundo do trabalho que se dão, não apenas pela falta de qualificação, mas principalmente, pelas resistências encontradas no âmbito social

Palavras chave: Juventude; Acautelamento; Território; Multiterritorialidade

ABSTRACT

This dissertation is the result of concerns that emerged from the participation in the research and extension project "Youth, Education and Law" in the São Francisco de Assis Socio-Educational Center in the city of Governador Valadares and referred me to the field of studies on youth. Understanding the precaution of the phenomenon from the meanings attributed to the experience lived by young graduates of the socio-educational system and possible contributions to the social reintegration. Presents work build in an interdisciplinary perspective, to discuss about youth in a conflict with the law, an articulation among the concepts of the sociological field and territorial studies. It adopts qualitative methodology using the semi-structured interview as a basic instrument analysis. The research shows that young people are moving through multiple territories during the custodial measure, being the territoriality continuously (re)built, where lived daily life is marked by many challenges and conflicts from the social and power relations that are established. The experiences lived in custodial measures are guided in positive and negative learns which contribute to the discussion about the committed acts. However, we did not detect this in a visible manner, among the interviewees, a direct contribution to the process of social reintegration which is precarious because of stigmas produced by custodial measure situation which remain marking the subject after completion of this measure; due to low education and the difficulties of insertion in the world of employment that are caused, not just by the lack of qualification, but mainly, by the social context resistances.

Keywords: Youth; Custodial Measures; Territory; Multiple Territorialities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Tabela 01	Referências de maior prevalência entre as produções científicas analisadas.....	30
Diagrama	Constituição do Sistema de Garantia de Direitos.....	52
Gráfico 01	Evolução do número de adolescentes acolhidos nas medidas socioeducativas aplicadas em Governador Valadares, entre 2012 e 2014, por tipo de serviço.....	62
Tabela 02	Origem dos adolescentes acolhidos em Governador Valadares, entre 2012 e 2014, nos serviços de Restrição e Privação de Liberdade.....	63
Quadro 01	Localização e situação dos jovens sujeitos da pesquisa.....	67
Quadro 02	O tempo de cumprimento da medida socioeducativa.....	67
Quadro 03	Nível de escolaridade e idade dos participantes.....	82
Quadro 04	Extratos dos significados sobre o acautelamento segundo os jovens.....	90

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIA - Centro de Internação de Adolescentes

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSESFA – Centro Socioeducativo São Francisco de Assis

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

ES – Espírito Santo

GV - Governador Valadares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-R - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda

IHA - Índice de Homicídios na Adolescência

JED – Projeto de Pesquisa e extensão: Juventude, Educação e Direito

LAV-UERJ - Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MG – Minas Gerais

RJ – Rio de Janeiro

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SP - São Paulo

SUASE - Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
1.1 CONTORNOS E MOVIMENTOS DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	17
1.2 CONSTRUÍNDO O PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.3 DELINEANDO O CAMPO: METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
CAPÍTULO I.....	27
2 JUVENTUDE E ACAUTELAMENTO: DIÁLOGO COM AS CONCEPÇÕES TERRITORIAIS.....	27
2.1 JUVENTUDE, JUVENTUDES: POLISSEMIAS DE UM CONCEITO.....	27
2.1.1 Jovens em situação de conflito com a lei: entre vulnerabilidades e transgressões.....	32
2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	38
2.2.1 Multiterritorialidade: estratégias e possibilidades no território vivido. 45	
CAPÍTULO II.....	51
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	51
3.1 O SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL E O SINASE	56
3.2 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O ACAUTELAMENTO	58
3.3 DELINEAMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM GOVERNADOR VALADARES: O CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	63
3.3.3 O Centro Socioeducativo São Francisco de Assis – CSESFA	65
3.3.2 O programa <i>Se Liga</i>	71
CAPÍTULO III.....	74
4 OS SIGNIFICADOS DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: A VOZ DOS SUJEITOS DA PESQUISA	74
4.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	76
4.2 AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO ACAUTELAMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	81

4.2.1 Relações sociais no acautelamento: regras institucionais e de convivência.....	83
4.2.2 O processo socioeducativo: entre educação e socialização	90
4.2.2.1 RELAÇÃO COM A ESCOLA	90
4.2.2.2 SOCIALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	94
4.2.3 Contribuições da família na ressocialização dos jovens.....	96
4.2.4 Significados do acautelamento.....	97
5 (IN) CONCLUSÕES	106
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS	117

1 APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é resultado das reflexões que emergiram da participação no projeto de pesquisa e extensão “Juventude, Educação e Direito” no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis no Município de Governador Valadares, o qual será detalhado ainda nesta apresentação. Por meio da vivência no projeto, tive a oportunidade de me aproximar do espaço socioeducativo e conhecer os jovens acautelados, momento em que passei a explorar o objeto de pesquisa e enveredei neste estudo sob o título: *A EXPERIÊNCIA VIVIDA NO ACAUTELAMENTO: impactos da medida socioeducativa na ressocialização do jovem em situação de conflito com a lei.*

Nesta apresentação, será evidenciado o objeto de estudo e seus contornos, bem como, as inquietações que delinearam esta pesquisa, além dos desafios enfrentados para esmiuçar o tema proposto. Desse modo, este estudo pretende aprofundar a análise sobre os impactos da medida de privação de liberdade para a ressocialização de jovens egressos do sistema socioeducativo.

Este é um estudo teórico-empírico, de caráter interdisciplinar e que busca no campo dos estudos territoriais travar um diálogo com a Sociologia da Juventude. Para tanto, nesta pesquisa, o conceito de juventude abordado por autores como Dayrell (2003; 2007), Peralva (1997; 2007), Spósito (2002; 2003; 2009), dentre outros e, os princípios legais que regem a política socioeducativa ancorada no ordenamento jurídico brasileiro, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, serão correlacionados às abordagens territoriais, tendo como autores nucleares Rogério Haesbaert (1999; 2004; 2005; 2007; 2009) e Marcos Aurélio Saquet (2003; 2007; 2009).

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentada a revisão da literatura a partir de autores e estudos que mantêm uma relação direta ou indireta com a temática proposta, priorizando a discussão das concepções territoriais, com foco no conceito de mutiterritorialidade, cujo referencial perpassará este estudo em diálogo com as categorias juventude e medida socioeducativa. Será apresentada, ainda, a noção de juventude numa perspectiva

sociológica, com a qual operarei nesta pesquisa. Os principais conceitos aqui abordados são: juventude, território, multiterritorialidade, acautelamento.

No segundo capítulo, será realizado um aprofundamento das questões socioeducativas, em relação à implementação e a consolidação das políticas públicas direcionadas à juventude, o sistema de garantia de direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e as medidas socioeducativas no contexto das políticas públicas, bem como o delineamento dessas medidas no Município de Governador Valadares.

Quanto ao terceiro capítulo, priorizará as experiências vividas pelos jovens egressos do sistema socioeducativo ao longo do período do acautelamento. Desse modo, buscamos compreender as multiterritorialidades vividas no contexto privativo de liberdade, que serão apresentadas e analisadas em face dos relatos colhidos durante a pesquisa de campo. A análise realizada aponta para coexistência de múltiplos territórios que se somam à construção das novas territorialidades e que se mostram num movimento contínuo na vida em liberdade. A análise dos diálogos com os sujeitos foi realizada a partir de categorias de análise, que tomam por base a conversa estabelecida com os jovens nas entrevistas semiestruturadas.

A conclusão do trabalho busca apreender e apresentar os impactos da medida socioeducativa para os jovens egressos do acautelamento e apontar a dimensão simbólica do território vivido, conjugado à materialidade que o compõe, visto que são indissociáveis, a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa em relação ao território vivido. Serão, portanto, destacados a experiência multiterritorial vivida na privação de liberdade e os reflexos no processo de reinserção social.¹

¹ Ao longo desta Dissertação, a primeira pessoa do singular será usada quando se tratar de relato subjetivo. e a primeira pessoa do plural quando se tratar do diálogo com as referências teóricas.

1.1 CONTORNOS E MOVIMENTOS DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

*Não sei quantas almas tenho. Cada momento mudei.
Continuamente me estranho. Nunca me vi nem acabei [...]
Fernando Pessoa*

Sob esses versos, antes de apresentar os desafios travados na realização desta pesquisa, é inevitável refletir sobre esse processo na minha construção como pesquisadora. Percebo na relação de pesquisadora com o objeto marcado pelo desejo de descobertas e mudanças, diante disso sou incompletude, sou construção, ainda não sou, sou devir! Assim também, vejo os jovens, não como objeto, mas como sujeitos desta pesquisa, num (re)construir-se para o tão sonhado vôo - a liberdade - se é que se pode realizar tal façanha de forma eficiente com as asas machucadas nos percalços da vida.

Vejo-me assim, mergulhada nesta busca, construindo história e novos saberes. Desta feita, a pesquisa se traduz nessa relação entre sujeitos históricos, na qual pesquisador e pesquisado integram o processo investigativo, num movimento de vir a ser. Ao prosseguir nessa caminhada, vou construindo minha própria história como aluna, professora e pesquisadora.

Entre tantos desafios encontrados, é preciso admitir que o maior deles foi sair da minha zona de conforto e me aventurar por estudos com outro olhar sobre os processos educativos e seus sujeitos. Aliar conceitos chave da geografia, - como as concepções territoriais e nelas implicadas as multiterritorialidades e travar um diálogo com o objeto de pesquisa, de fato não foi tarefa simples. Por inúmeras vezes me questioneei: Como dar sentido a esta pesquisa? Considerando que todo caminho é feito ao trilhar, apresento ao leitor o delinear da construção do objeto desta pesquisa.

Ao ingressar no Programa de Mestrado em outubro de 2014, fui convidada pela Professora Doutora Eunice Maria Nazareth Nonato a participar do projeto de pesquisa e extensão “Juventude, Educação e Direito: ação de intervenção em um

Centro Socioeducativo (JED)², ainda em andamento no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CSESFA) - município de Governador Valadares.

O objetivo do JED é potencializar o conhecimento dos jovens/adolescentes em relação à aprendizagem de direitos que lhes são afetos, e orientar a (re)construção do projeto de futuro, a partir do reconhecimento de si enquanto sujeitos da própria história. Neste sentido, o empenho da equipe responsável pelo projeto é levar os jovens, por meio de ações e práticas educativas, contextualizadas no território vivido, à conscientização de que a mudança só ocorre quando requerida e apropriada por eles mesmos. O Projeto tem como objetivos específicos:

- a) desenvolver pesquisa com vistas a analisar significados atribuídos pelos jovens às instituições sociais, escola e família;
- b) analisar como escola e família, enquanto instituições, comparecem nos processos de reconstrução dos projetos de futuro;
- c) identificar e encaminhar jovens com propostas/condições de realização de estudos de graduação em nível superior para o Programa de Bolsas da Universidade Vale do Rio Doce.

Para dar início à proposta de pesquisa e intervenção no CSESFA, foram realizados estudos e reuniões com o grupo de professores pesquisadores e alunos bolsistas de iniciação científica para a aproximação com a temática e definições quanto ao planejamento das atividades com os jovens acautelados. Esses encontros foram de fundamental importância para a mobilização do grupo em relação aos trabalhos a serem desenvolvidos.

Esta iniciativa contou com o total apoio da equipe técnico administrativa da unidade socioeducativa, o que demandou visitas *in loco*, a fim de nos conhecermos e trocar ideias sobre as possíveis ações naquele contexto. Esses contatos deram a partida ao planejamento, momento em que nos debruçamos na elaboração das

² Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce (Parecer CEP/UNIVALE 654.620/14) com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, sob coordenação da Prof^a. Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato.

Além de contribuir com a formação dos jovens acautelados, o referido projeto contempla a formação dos agentes socioeducativos, equipe técnica, gestores e professores para que se apropriem de conhecimentos inerentes aos direitos humanos, a questão social e à juventude.

atividades que seriam aplicadas em formato de oficinas temáticas, conforme relato a seguir.

Feitas as reflexões iniciais e em seguida, a identificação dos sujeitos da pesquisa, era o momento de pensar nas abordagens e estratégias capazes de alcançar nosso público alvo. Desse movimento, surgiram os temas que foram organizados por módulos com o intuito de garantir o êxito na aplicação das oficinas. Tais módulos foram desenvolvidos com grupos de vinte jovens em final de cumprimento da medida de privação de liberdade, visto que a intervenção busca provocar reflexões e apontar caminhos para que eles sejam capazes de vislumbrar outras possibilidades e fazer novas escolhas ao retornar ao convívio social. Os referidos módulos foram estruturados no seguinte formato:

1º módulo – **Identidade: diz aí** - o foco foi problematizar a constituição da identidade individual e coletiva, com intuito de levá-los a pensar sobre a identidade de cada um como sujeito sócio-histórico.

2º módulo – **A construção e (des) construção de regras** – a proposta do módulo foi discutir sobre as potencialidades e fragilidades das regras de convivência estabelecidas entre os jovens no acautelamento, fazendo um paralelo entre as regras de convivência na sociedade em modo geral, com intuito de provocá-los a pensar sobre a origem e o sentido de tais regras.

3º módulo – **A valorização da escola, como espaço de participação ativa na sociedade e de empoderamento do sujeito** - O objetivo foi compreender qual a relação que aqueles sujeitos estabelecem com a escola e quais os sentidos atribuídos a ela.

4º módulo – **Quem eu era? Quem sou na medida socioeducativa**. Propiciar a auto-reflexão e suscitar memórias com intuito de analisar a própria história de vida.

5º módulo – **Quem eu serei após a medida?** Provocar a reflexão sobre o projeto de futuro, levando-os a se perceberem como sujeitos de direitos e deveres sociais, capazes de protagonizar outra história de vida, despertando-os para a capacidade criativa, talentos e virtudes que cada indivíduo possui.

Inicialmente, os jovens se mostraram tímidos e desconfiados com a nossa presença, em alguns momentos eles se comunicavam por códigos linguísticos próprios. Assim, foi preciso construir estratégias para nos aproximarmos deles. Pensando nessa realidade, os trabalhos foram desenvolvidos com muita ludicidade, por meio de encenações, músicas, brincadeiras, diálogos e atividades práticas, provocando sempre a participação do grupo.

Ao longo dos módulos, houveram momentos marcantes na retomada de lembranças da infância e da juventude, cujo grupo de pesquisadores emergiu na própria história de vida, apresentando suas trajetórias, enfrentamentos e os modos de superação. Essas reflexões foram fundamentais para quebrar a distância entre a equipe e aqueles jovens, isto é, a partir do entendimento de que qualquer pessoa é suscetível a erros, mas que também tem oportunidade de refazer a própria história. Foram momentos nos quais muitos sentimentos confluíram entre passado e presente, muitas lágrimas, intervalos, pensamentos e muitas emoções.

Assim, fomos construindo em torno das temáticas um resgate histórico junto aos jovens, auxiliando-os a pensar como a trajetória de vida deles foi construída, quais foram os pontos de referência, em quem ou em quem ancoraram as escolhas próprias. Nos diálogos, ficou nítido que os jovens admitem os erros cometidos, falam da necessidade de mudanças e refletem o que poderia ter ocorrido se não estivessem acautelados. Muitos reconheceram que apesar de não gostar daquele lugar, eles poderiam estar numa situação ainda pior, “no cadeião, numa cadeira de rodas ou num caixão”, conforme registro em diário de campo.

No desenrolar das atividades entre os jovens, equipe da unidade socioeducativa e ao aprofundar os estudos em torno da temática, aos poucos fui percebendo uma outra realidade, de sujeitos fragilizados por histórias de vida permeadas por muitas faltas e ausências, pelo desconhecimento de regras e limites, que são a base para a vida em sociedade e pela invisibilidade social provocada por vulnerabilidades, marcas e estereótipos diversos.

Dar voz aos sujeitos foi uma forma de captar sentimentos, histórias e razões, o que inevitavelmente me levou a refletir sobre a condição juvenil naquele momento, naquela situação específica e de forma contextualizada. Os diálogos travados com os jovens me moveram como pesquisadora/educadora, por isso, não poderia

prescindir de uma reflexão sobre a condição juvenil vivida no acautelamento, entre o dizer dos sujeitos naquela situação – acautelados – e as condições em que tais aprendizagens se materializam na vida em liberdade.

Inicialmente, não era propósito investigar o objeto em tela, nem tampouco fazia parte das minhas experiências profissionais, mas, o contato com a realidade acabou por despertar meu interesse pelo tema. Na verdade, percebi nessa experiência a possibilidade de alargar minha visão como educadora para além do contexto escolar e contribuir com novas reflexões no campo dos estudos sobre juventude. A partir do contato com os jovens acautelados, pude enveredar por um campo novo, melhor dizendo, me atrever pelo campo das questões sociais, com um olhar atento às territorialidades construídas na privação de liberdade.

De fato foi um desafio trabalhar com uma temática nova³ e aliá-la a conceitos até então desconhecidos. Foi preciso muito empenho, sair do meu lugar, desconstruir conceitos e reconstruí-los sob outras bases epistemológicas. Precisei me desdobrar em estudos, criar estratégias para conceber novos saberes e (re) significar os antigos, e que ainda fervilham em possibilidades analíticas e reflexivas.

1.2 CONSTRUÍDO O PROBLEMA DE PESQUISA

O contato com os jovens acautelados foi fundamental para trazer à tona o objeto de pesquisa que se formava no plano das ideias. Diante da experiência relatada, foram suscitados alguns questionamentos para esta pesquisa. Inicialmente, passei a refletir como seria, para aqueles sujeitos, viver um tempo da juventude privado da liberdade e como seria estar nesse novo território? Como conviver com pessoas estranhas, sob outras regras e condições? Como se daria o processo de territorialização no CSESFA? Como as experiências de vida se somariam às novas territorialidades no acautelamento? Quais seriam os significados da privação de

³ No decorrer deste estudo interdisciplinar, o acautelamento será concebido como território das experiências multiterritoriais vividas pelos jovens, ao considerar o caráter simbólico (HAESBAERT, 2009), tendo como pano de fundo os significados, a história e a cultura dos sujeitos e que se associam à produção das novas territorialidades.

liberdade para os jovens? Afinal, a privação de liberdade seria um mecanismo eficaz ao conjugar a responsabilização e a conscientização pelos atos cometidos e ainda reeducar esses jovens para a vida em sociedade, enquanto política de atendimento socioeducativo? Como se daria o processo de reinserção social daqueles sujeitos após o cumprimento da medida socioeducativa?

Nesse contexto, de tantas interrogações optei por tomar como problema de pesquisa a seguinte indagação: as experiências vividas pelos jovens no acautelamento contribuem no processo de reinserção social? A partir desse questionamento, procurei analisar o que os jovens dizem sobre a experiência vivenciada na privação de liberdade e em que medida essa experiência os ajuda na reinserção social.

Convém destacar, consoante a Haesbaert (2009), que: “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural” (HAESBAERT, 2009, p.79). Nessa perspectiva, a privação de liberdade é materializada no acautelamento no espaço do Centro socioeducativo São Francisco de Assis, ou seja, como um resultado/produto dessa apropriação/(des)valorização daquele espaço – tendo em vista os significados que são dados pelos sujeitos ao que acontece durante o período do acautelamento, que é, produto e produtor das experiências vividas pelos jovens.

De início, para mim, o território da privação de liberdade estava demarcado entre as regras institucionais, os processos educativos, a qualificação profissional, a relação com a família, mesmo de forma esporádica nos momentos das visitas e nos contatos telefônicos e o convívio diário dentro da unidade com a equipe técnica e o grupo de acautelados. Mas no contato com o centro socioeducativo, pude extrapolar essas noções e conceber a privação de liberdade como experiência territorial em contínuo movimento, dos sentimentos, dos significados, das subjetividades, das culturas e da construção de multiterritorialidades.

A partir dessas inferências, esta pesquisa apresenta como objetivo geral:

Compreender o fenômeno do acautelamento a partir dos significados atribuídos à experiência vivida por jovens egressos do sistema socioeducativo e possíveis contribuições no processo de reinserção social

Sendo os objetivos específicos:

Discutir a condição juvenil a partir da sociologia da juventude e dos estudos territoriais.

Investigar o território da privação de liberdade em face das experiências vivenciadas pelos jovens durante o tempo vivido no acautelamento.

Identificar e analisar as multiterritorialidades vivenciadas pelos jovens no acautelamento, analisando o que elas apontam como possíveis contribuições no processo de reinserção social.

Assim, esta pesquisa é relevante, visto que, procuramos dar voz aos jovens em situação de conflito com a lei, que normalmente não falam por si, mas são alvo de discursos políticos, midiáticos e do senso comum que muitas vezes, carregam marcas ideológicas estabelecidas historicamente, conforme demonstraremos ao longo desta discussão. Ao focalizar os atos cometidos pelos jovens, esses discursos não priorizam as singularidades que compõe a experiência humana, nem tão pouco, considera as ausências e vulnerabilidades sociais às quais esses sujeitos são submetidos cotidianamente.

Dar visibilidade aos jovens em uma situação peculiar como a do acautelamento, é relevante socialmente, pois é um modo de contribuir com os estudos sobre juventude numa perspectiva sociológica, articulada às concepções territoriais, com o objetivo de evidenciar as dinâmicas territoriais ocorridas espaço temporalmente durante a aplicação da medida socioeducativa, sendo esta, uma forma de analisar sua eficácia.

Deste modo, a realização deste estudo se faz importante por discutir sobre o fenômeno do acautelamento vivido no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis em Governador Valadares, com atenção para os impactos da medida socioeducativa na vida em liberdade. Todavia, não é nosso objetivo analisar a instituição socioeducativa em si, mas os significados da privação de liberdade para os jovens egressos do acautelamento

1.3 DELINEANDO O CAMPO: METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o objetivo de compreender os significados da privação de liberdade na percepção dos jovens egressos desta medida socioeducativa, este estudo apresenta um delineamento teórico-metodológico de caráter exploratório, sustentado pela pesquisa bibliográfica, priorizando a abordagem de natureza qualitativa, aliada à pesquisa de campo.

Convém destacar que a abordagem qualitativa é pertinente para o presente estudo, pois busca analisar o comportamento humano em face do próprio sujeito. Neste sentido, Minayo (2010) menciona que tal abordagem responde a questões bastante particulares visto que “ela trabalha com o universo de significados [...], o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2010, p.17)

Além disso, a citada autora (MINAYO 2010, p.15) acrescenta que “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”, pois é a partir da realidade social que a vida individual e coletiva se processa, ao produzir uma abundante riqueza de significados resultantes da dinâmica social, que supera qualquer teoria, pensamento e/ou discurso elaborado sobre a vida em sociedade.

Desse modo, esta afirmação vem ao encontro dos propósitos da pesquisa, visto que busca explorar um fenômeno social, qual seja, os jovens em situação de conflito com lei, que se mostra construído em bases de uma dada realidade social. Consideramos que tal abordagem possibilita aprofundar no mundo dos significados, ações e relações humanas por meio das vivências cotidianas dos sujeitos.

Tendo em vista os objetivos propostos para este estudo, adotamos como recurso metodológico a entrevista semiestruturada. A este respeito Minayo (2010) comenta que esta é uma estratégia privilegiada para a coleta de dados, visto que, possibilita ao pesquisador captar no discurso estabelecido com o entrevistado, valores, atitudes e opiniões deste, em relação à experiência vivida, no plano individual e/ou coletivo.

Além disso, possibilita perceber, por meio da fala dos sujeitos da pesquisa, as representações de grupos determinados, em relação às condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. A autora (MINAYO, 2010) observa ainda que, através dessa técnica, o pesquisador busca revelações da realidade contidas na fala do narrador, por isso esse recurso é sempre intencional, visto que “se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.” (MINAYO, 2010, p. 57).

Quanto à localização do universo da pesquisa, recorri aos sujeitos vinculados ao programa *Se Liga* em Governador Valadares. Conforme será aprofundado no segundo capítulo, o citado Programa é de caráter voluntário e objetiva acompanhar os egressos durante um ano após o desligamento da medida socioeducativa. Por essa razão, o recorte temporal desta pesquisa se baseou no período entre 2015 a 2016.

Para o acesso aos dados dos sujeitos da pesquisa, solicitamos autorização formal à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), a que o programa *Se Liga* está submetido, com vistas ao levantamento do universo da pesquisa. A partir dessa autorização, focalizamos no interior do programa, os jovens que cumpriram apenas medida de privação de liberdade, considerando que o *Se Liga* é destinado tanto aos egressos da medida de privação de liberdade quanto de semiliberdade.

Com o apoio da equipe do citado programa, inicialmente, foi feito o contato com as famílias, representantes legais e/ou com os próprios jovens (em período de maioridade), para a explicitação dos propósitos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE (anexo). As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de agosto de 2016. Conforme a localização e aceite dos participantes foram entrevistados cinco jovens egressos da medida de privação de liberdade, universo suficiente para atender aos objetivos desta pesquisa.

As entrevistas tiveram como pano de fundo as experiências vivenciadas pelos jovens, consoante às relações sociais, às regras institucionais e aos processos educativos propostos no bojo da medida socioeducativa. Algumas entrevistas foram realizadas na sede do programa *Se Liga* e outras foram realizadas em domicílio, de

acordo com a condição ou opção dos entrevistados. Os relatos foram analisados com base na concepção teórica definida para a pesquisa, buscando identificar as multiterritorialidades vividas durante o acautelamento e os impactos dessa experiência na ressocialização dos jovens egressos da medida.

CAPÍTULO I

2 JUVENTUDE E ACAUTELAMENTO: DIÁLOGO COM AS CONCEPÇÕES TERRITORIAIS

Para a realização desta pesquisa, inicialmente, foi preciso elaborar um estudo apoiado no campo da sociologia das juventudes e contextualizar a condição juvenil numa situação peculiar – em acautelamento – para reunir as categorias juventude e acautelamento, a fim de promover uma discussão com base nas concepções territoriais em um diálogo interdisciplinar.

São fronteiras nem sempre fáceis de serem transpostas, mas necessárias para a compreensão do fenômeno dos jovens acautelados, tendo em vista se tratar de uma experiência carregada por marcas, estereótipos e significados territoriais.

Além de apresentar o conceito de juventude na perspectiva da diversidade, buscamos evidenciar quem são esses sujeitos, quais as implicações provenientes dessa fase da vida, para, a partir desse entendimento, desvelar os conflitos que vivenciam, percebê-los como sujeitos históricos inseridos numa determinada condição social.

Assim, para efeitos desta pesquisa, recorreremos às concepções emprestadas do campo da geografia para pensar a juventude em situação de conflito com a lei e o acautelamento como território das experiências vividas no cumprimento da medida socioeducativa. Serão, portanto, evidenciados elementos que permeiam o conceito de território, tendo em vista as perspectivas teóricas que nos parecem importantes para a compreensão do objeto de pesquisa.

2.1 JUVENTUDE, JUVENTUDES: POLISSEMIAS DE UM CONCEITO

A concepção de juventude assumida neste estudo fundamenta-se na Sociologia da Juventude, visto que este campo teórico busca desnaturalizar o caráter unificador atribuído a tal categoria no seu percurso histórico, ao prezar pela noção dos sujeitos como uma construção sócio-histórica e que, contudo, não

despreza os aspectos que compõem o desenvolvimento humano. Por considerar que o termo em questão é polissêmico, ao indicar seu caráter diverso, entendemos, de acordo com Esteves e Abramoway (2007), ser propício o seu uso no plural, como juventudes - que coaduna com as diversidades dos modos de ser jovem no mundo contemporâneo.

Ao longo de sua constituição, a juventude figurou de maneiras diversas, às vezes concebidas como um potencial juvenil, como protagonista de mudanças na sociedade, conforme ocorrido nos movimentos sociais nos anos 50 e 60, e de outro modo, emergiu como problema social, risco e vulnerabilidade (PAIS, 1990), cuja concepção é prenunciada na implementação de políticas públicas para contenção dos riscos sociais, como será aprofundado no segundo capítulo. Convém destacar que nossa intenção em apresentar essas diferentes concepções não visa defender essa ou aquela ideia, mas é uma forma de compreender o significado de ser jovem na atual sociedade.

Desse modo, as definições que permeiam a juventude têm transitado no campo teórico de diversas formas, desde a ótica da psicologia, da educação, da sociologia, do campo jurídico, dentre outros – que trazem diferentes concepções a respeito dessa temática. Alguns estudiosos acreditam que a juventude é uma etapa natural e característica do desenvolvimento da pessoa humana, que marca a passagem à vida adulta (STANLEY HALL, 1904), outros, porém, a concebem de forma diferenciada, como um termo construído historicamente, especialmente na perspectiva sociológica, conforme detalharemos adiante.

Neste contexto, José Machado Pais (1990) ressalta que a juventude é uma construção social, configurando-se como uma categoria manipulada e manipulável. Consoante ao autor, o processo de constituição das idades da vida é consolidado de acordo com as segmentações produzidas pela própria sociedade, assim são suscitadas maneiras de conceber determinados grupos, enquadrando-os a seu modo, como a cultura juvenil, por exemplo. Assim, o autor reitera que ao se referir aos jovens como unidade social, ou seja, ao atribuir interesses comuns a um grupo de uma mesma faixa etária, já se constitui em manipulação, ao desconsiderar os atributos sociais que os diferenciam.

Em seus estudos, Pais (1990, p. 140) sugere que a juventude deve ser vista a partir de dois eixos semânticos, a saber: “como aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros)”. O autor, ao referir-se à juventude como fase da vida, acrescenta o termo aparente, supondo que a unidade advinda das transformações de cunho físico não são determinantes exclusivos da constituição dos indivíduos jovens, o que nos leva às possíveis distinções de acordo com a realidade social na qual os sujeitos estão inseridos.

Ratificando o acima exposto, segundo a Sociologia da Juventude (PAIS, 1990), as representações mais recorrentes sobre o que é ser jovem, têm se ancorado em duas linhas, a primeira concebendo a juventude como um grupo homogêneo, sendo caracterizada essencialmente por certa etapa da vida em que os indivíduos são pertencentes ao mesmo grupo etário.

Nessa acepção, são considerados aspectos generalizantes próprios do desenvolvimento humano. Em outro plano, tem-se uma segunda linha (ou eixo) que prioriza uma noção mais pluralizada, considerando a diversidade cultural que se concretiza por meio de diferentes razões e inserções sociais – de classe social – de gênero – das diferentes oportunidades – do capital cultural, extrapolando a noção arraigada e una de conceber a juventude a partir de delimitações de idade cronológica.

Cabe salientar que estudos contemporâneos, especialmente no campo da sociologia, de autores como: Spósito (2002; 2009); Abramo (2000; 2005; 2007); Carrano (2012); Esteves e Abramoway (2007), Dayrell (2003; 2007) e outros, revelam que definições generalizantes (faixa etária) são inócuas para dar conta da juventude enquanto fenômeno social que, para além das transformações inerentes ao desenvolvimento humano, carregam singularidades e particularidades implícitas em cada ser ou grupo social.

Corroborando com essa ideia, Esteves e Abramoway (2007, p.21) acrescentam que “a realidade social demonstra que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas

sociedades.” Isto é, há juventudes ou modo de ser jovem de acordo com as especificidades individuais, condições socioeconômicas, dentre outras.

Ampliando tal noção, Dayrell (2007) nos propõe perceber a juventude como um campo aberto de possibilidades dos modos de ser jovem no âmbito da esfera social. Assim, a juventude não se define por um momento estanque, mas por seu caráter diverso e em constante movimento, ou seja, num processo de construção de sujeitos históricos, por meio das experiências adquiridas e que, possivelmente serão redimensionadas ao longo da trajetória vivida na (re)construção das identidades individual e coletiva.

Neste contexto, romper com as generalizações circunscritas pelas transformações próprias do desenvolvimento humano, porém sem desprezá-las, pois, elas compõem a experiência humana, é avançar no sentido de compreender a juventude em toda sua amplitude e modos de representação, especialmente numa situação peculiar, como o contexto privativo de liberdade.

Prosseguindo nessa tessitura, retomamos o termo atribuído a esta seção – polissemias de um conceito. Propositamente ele traduz um pouco do que pretendemos problematizar, buscando extrapolar concepções de caráter homogeneizantes, a fim de perceber a juventude conforme nos propõe Dayrell (2007) e Peralva (1997), isto é, na perspectiva da diversidade, como uma condição social e um tipo de representação. Neste sentido, Dayrell (2007) esclarece que:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (DAYRELL, 2007, p. 157).

Desse modo, é preciso admitir que estamos diante de uma noção ampliada e complexa sobre o que é juventude na sociedade atual, e por isso, deve-se considerar, de acordo com Dayrell (2007), que as muitas interpretações a respeito da juventude acabam por interferir no entendimento dessa categoria como grupo social diverso e peculiar, a partir do contexto social e condições a que está sujeito.

Peralva (1997) explicita que a juventude pode ser entendida como uma condição social e um tipo de representação, através dos significados que são atribuídos pela sociedade. Em outras palavras, a condição juvenil está para os sujeitos, assim como estes estão inseridos socialmente, ao se mostrar atrelada às singularidades e ao contexto vivido pelos indivíduos, situados espaço-temporalmente, consoante às condições sociais, econômicas, de gênero, etnia, região geográfica e outros. É também um tipo de representação, tendo em vista os diferentes modos como cada sociedade irá lidar com esse momento em um determinado tempo histórico e no interior de cada grupo social.

Partilhamos, ainda, dos estudos de Dayrell (2007, p. 1108) ao complementar que a condição juvenil “refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação”. Corroborando com este pensamento, pode-se dizer que há modos diferentes de ser e de viver a juventude, que extrapolam questões meramente cronológicas, cujas situações do cotidiano ditarão esses modos de ser jovem, contextualizado ao espaço vivido por esses sujeitos.

Nessa perspectiva, buscamos evidenciar neste estudo a figura dos jovens como sujeitos sociais que, conforme defendido por Dayrell (2007):

[...] o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. (DAYRELL, 2007, p. 159).

A partir dessas considerações e entendendo as singularidades que definem o jovem como sujeito sócio-histórico, importa salientar que o conceito de juventude circunscrito na e pela diversidade e modos de ser jovem, harmoniza-se com os propósitos desta pesquisa, principalmente por estarmos a tratar de jovens numa situação peculiar – em conflito com a lei – cujos sujeitos muitas vezes são estereotipados socialmente, tendo sua condição juvenil desconsiderada.

Seguindo pelas trilhas dessa discussão, Dayrell (2003, p.42) reforça que “a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma”. Partindo da ideia do autor, fixá-la ou

determiná-la é um modo de negar a existência de uma juventude construída na perspectiva da diversidade e modos de vida na atualidade.

Diante dessas considerações, é possível perceber a condição juvenil como um processo que se constitui socialmente, que sofre as influências do meio e ainda é caracterizada pela qualidade de troca que o espaço social proporciona (DAYRELL, 2007), o que nos provoca à reflexão do modo como se dá a condição juvenil em situações específicas como o acautelamento.

Face às considerações tecidas, conceber a juventude na perspectiva da diversidade é um modo de abandonar velhos e antigos conceitos socialmente construídos, por isso, este estudo prioriza o olhar para os jovens como sujeitos, capazes de interagir no seio social e de protagonizar a própria história, de reclamar seus direitos e de se conscientizarem do dever cidadão. Por tanto, tal concepção nos impõe o esforço da auto-reflexão, de nos despirmos dos estereótipos produzidos por uma sociedade capitalista, que produz refugos sociais e que marginaliza seus jovens (principalmente os negros e pobres) em situação de vulnerabilidade e em conflito com a lei, como veremos a seguir.

2.1.1 Jovens em situação de conflito com a lei: entre vulnerabilidades e transgressões

O debate em torno da juventude, especialmente das camadas populares, tem se ampliado de forma significativa nas últimas duas décadas, sendo destacada como problema social ao longo do seu percurso histórico. Neste sentido, para além de questões que relacionam esta categoria à transição para a vida adulta, percebem-se outras inquietações que a colocam no palco das discussões, como sua relação com a criminalidade e a violência, dentre outros (CARRANO, 2012).

Segundo Abramo (1999), há dois modos de tematização dos jovens na atualidade, especialmente pela grande mídia. O primeiro se dedica em evidenciar a juventude como cultura de comportamento, relacionada à moda, estilo de vida, música dentre outros, como consumidora de bens e produtos. A segunda ideia, entretanto, ao destinar a temática ao público adulto, o assunto normalmente gira em

torno de problemas sociais, como violência, criminalidade, tráfico de entorpecentes, bem como às possíveis medidas para dirimir tais questões.

Neste contexto, a fim de aprofundarmos a compreensão sobre a questão dos jovens em situação de conflito com a lei e tecermos nossas considerações sobre esse assunto na atualidade, analisamos os últimos cinco anos de produção acadêmica sobre esta temática, em bases de dados como: Google Acadêmico, biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Portal Capes.

Para tanto, foram consolidados os descritores: Jovens em conflito com a lei; juventude; jovem; adolescente; privação de liberdade; e políticas públicas, que serviram para percorrer o período de 2010 – 2015, a partir de três campos: título, palavras-chave e resumo.

Estabelecemos como critérios de seleção, artigos e dissertações que contém no título as expressões: jovens em conflito com a lei – nas palavras-chave: jovens em conflito com a lei, privação de liberdade; juventude, jovem ou adolescente. Como critérios de inclusão, consideramos os estudos que relacionam a categoria juventude à contemporaneidade; jovens em situação de vulnerabilidade social; em situação de conflito com a lei, políticas públicas destinadas à juventude. Feito o levantamento das publicações, os resumos foram lidos e analisados para a definição da relevância e coerência com o interesse da pesquisa.

Diante desse levantamento, chegamos ao total de vinte e duas produções (18 artigos e 4 dissertações de mestrado) que se tornaram objeto de nossa análise. Além destes, consideramos publicações relativas a estados da arte sobre juventude, coletâneas de textos e outros. Neste sentido, passamos à leitura e análise do material selecionado na íntegra, para nossa fundamentação teórica. A seguir, apresentamos a relação de autores que demonstraram maior prevalência entre o material pesquisado:

Tabela 01 - referências de maior prevalência entre as produções científicas analisadas

Autores	Ano de publicação
Alberto Melucci	1996 – 1997 – 2001 – 2004- 2007

Angelina Teixeira Peralva	1996 - 1997 – 2007
Helena Wendel Abramo	1999 - 2003 - 2012
José Machado Pais	1990 – 1993 – 1997 – 2003 – 2005 - 2007
Juarez Dayrell	1997 – 1999 – 2002 – 2005 – 2006 - 2007
Marília Pontes Sposito	2002 - 2006 - 2008 – 2009
Mário Volpi	1997 – 2001
Michel Foucault	2004 – 2008 – 2013
Mirian Abramovay	2002 – 2004
Oscar Dávila Leon	2004 – 2006
Paulo Cesar Rodrigues Carrano	2002 – 2003 – 2006 - 2012
Phillipe Ariés	1981 – 1983 – 1991
Pierre Félix Bourdieu	1978 – 1983 – 2003
Regina Reys Novaes	1996 – 1998 - 2002 – 2004 – 2007

Fonte: Dados da pesquisa

A partir do levantamento teórico por nós realizado, foram identificados três eixos temáticos prevalentes na literatura, a saber:

- I Jovens em conflito com a lei e sua relação com as vulnerabilidades sociais;
- II Políticas Públicas direcionadas para a juventude enquanto dispositivo legal na garantia de direitos;
- III Problemática das definições que permeiam a juventude como categoria social inscrita como construção histórico-cultural.

Assim, no esforço de empreender o levantamento teórico coerente com a intenção desta pesquisa, detectamos produções que são basilares para o presente referencial, ao identificar, inicialmente, um estudo em relação ao estado da arte das

pesquisas sobre juventude no Brasil, sob coordenação de Marília Sposito (2009), que oferece elementos importantes para nosso estudo. Esta pesquisa compreendeu o período de 1999 a 2006, cujo objetivo foi evidenciar o desenvolvimento das produções científicas que privilegiam a categoria juventude no Brasil, e detectar os modos como tais produções têm representado o público juvenil no país.

Conforme a autora (SPÓSITO, 2009, p.17), “O tema *Juventude* alcançou maior visibilidade nos últimos quinze anos no Brasil como produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores”. Desse modo, entendemos que a juventude passa a ter visibilidade no cenário nacional por questões diversas, além de compor as agendas públicas, alcunhada como uma questão social.

Nesse sentido, Spósito (2009) esclarece sobre a importância dos estudos que permeiam a juventude, ao advertir que somente munido dessas abordagens pode-se produzir um conjunto de respostas a respeito da condição juvenil na contemporaneidade, cujas referências “não se separam dos processos estruturantes da vida social, fundados nas desigualdades sociais, nas relações de gênero e relações étnico-raciais, entre outras” (SPÓSITO, 2009, p. 18).

A partir desses estudos, foi possível perceber que o nível de pobreza não é representado como o único desencadeador da criminalidade juvenil, especialmente entre as camadas populares, mas soma-se a ele a desestrutura familiar, as violências (material e simbólica⁴) sofridas, a baixa escolaridade, o desemprego e a drogadição, dentre outros fatores. Além disso, os estudos evidenciaram que os jovens em situação de conflito com a lei são também vítimas do processo excludente ao se apresentarem como um problema social. (SPÓSITO, 2009) (CARRANO, 2012).

Conforme ratificado por Spósito (2009), a transgressão juvenil se mostra numa estreita relação com “as condições de “vulnerabilidade” em que se encontram as famílias pobres; os apelos ao consumo, típicos da modernidade; o consumo de

⁴ Nesta pesquisa, o conceito de violência simbólica é ancorado nos estudos de Pierre Bourdieu, ao defini-la da seguinte forma: “[...] é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (BOURDIEU, 1998, p.16). Isto é, uma forma implícita de exercício do poder que os indivíduos naturalizam em suas relações cotidianas.

drogas e o ingresso no tráfico.” (SPÓSITO, 2009, p.13). Desse modo, os jovens das camadas populares estão inseridos num contexto de diversas ausências em relação à família, à sociedade e ao próprio Estado, quando da não garantia de mecanismos de prevenção aos excludentes sociais.

Neste sentido, Spósito, Tommasi e Moreno (2009, p.130) reforçam que “os adolescentes em conflito com a lei são considerados, pela mídia e pelo senso comum, um dos maiores problemas sociais: são vistos como grave ameaça à ordem pública, parte importante da representação do medo tão difusa na sociedade brasileira.” Assim, muitas representações sociais que partem do senso comum e dos apelos midiáticos, se entrelaçam e formatam a juventude como causadora de grandes males que afligem a sociedade.

Mediante ao estudo em tela, inferimos que tais representações sociais interferem no modo como os jovens em situação de conflito com a lei são representados socialmente, o que acaba por reforçar a ideia sobre esse grupo juvenil atrelado ao caráter adverso, cujo desvio é preciso ser controlado e/ou punido, o que muitas vezes é refletido no interior das medidas socioeducativas. (SPÓSITO, 2009).

Coadunando com os estudos de Spósito (2009), em face de tais constatações, é oportuno ressaltar, que dados estatísticos apontam que a juventude em situação de conflito com a lei é um público tipicamente vulnerável. Assim, de acordo com o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014), o maior índice de jovens envolvidos em atos infracionais no Brasil são negros (77,0% pretos e pardos), do sexo masculino (93,30%), moradores das periferias e das áreas metropolitanas dos centros urbanos. A estatística aponta ainda que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens entre 15 a 29 anos. (WAISELFISZ, 2015).

Na mesma direção, o Relatório do índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial (2014) destaca que “a prevalência de jovens negros serem mais vítimas de assassinatos do que jovens brancos é uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,5% mais chances de morrer do que jovens brancos no país.” (BRASIL, 2014, p. 100).

Além das questões étnico-raciais apresentadas, é possível perceber que a baixa escolaridade também é um fator que demarca a condição juvenil em tela.

Segundo o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, elaborado sob coordenação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS, 2014), no período compreendido entre 2011 a 2013, dentre os jovens submetidos à aplicação de medidas socioeducativas observou-se que “em todos os anos a escolaridade mais comum entre eles é o 6º ano do Ensino Fundamental (27,3% em 2011, 25,5% em 2012 e 23,4% em 2013)” (SEDS, 2014, p. 40). Ou seja, há uma prevalência de defasagem escolar entre os jovens em situação de conflito com a lei, considerando o critério distorção idade/série.

Tais dados são ratificados no Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas do Município de Governador Valadares, elaborado sob coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS, 2015), cuja pesquisa realizada junto aos jovens submetidos a tais medidas, no período entre 2012 a 2014, demonstra que 52% desse público possuem Ensino Fundamental Incompleto, seguido do Ensino Médio Incompleto (9%). Em ambas as pesquisas, a idade dos jovens variou entre 12 a 18 anos, sendo esta situação preponderante a partir dos 14 anos de idade.

Foi possível constatar também, que a juventude em questão é demarcada por carência de natureza socioeconômica. Segundo a pesquisa anteriormente citada (SEDS, 2014), parte considerável dos jovens que cumpriram medidas socioeducativas de privação de liberdade e semiliberdade no Estado de Minas Gerais (no período de 2011 a 2013) é oriunda de famílias de baixa renda, conforme explicita: “[...] eram de famílias com renda mensal de até 1 salário mínimo (71,1% em 2011; 63,4% em 2012 e 52,5% em 2013), sendo também significativa a proporção de adolescentes sem renda (6,3% em 2011; 9,2% em 2012 e 8,1% em 2013)” (SEDS, 2014, p. 40).

Ainda em relação às vulnerabilidades sociais, Esteves e Abramoway (2007, p.27) acrescentam que os jovens “transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis”. Neste sentido, cabe destacar que a sociedade atual impõe aos jovens, mas não estritamente a eles, um parâmetro ideal de vida, por meio do consumismo.

Desse modo, os jovens estão sujeitos à sociedade do consumo, que exige uma equiparação de valores, por vezes inatingíveis pelas camadas populares.

Nesse contexto, como vimos, é preciso considerar que grande parcela desses sujeitos vive sob os preceitos das desigualdades sociais, cuja inserção ocorre de maneira precária, tornando-se muitas vezes, determinantes da criminalidade juvenil.

Nessa tessitura, percebemos as vulnerabilidades como grandes causadoras das transgressões juvenis, seja por conta do nível de pobreza, baixa escolaridade, questões étnico-raciais e tantos outros fatores que mostram uma população alijada de direitos fundamentais, como escola de qualidade e que seja capaz de atender às suas especificidades como sujeitos, a moradia com dignidade mínima de sobrevivência, a saúde pública e outros direitos consagrados na legislação brasileira, sendo tal população vítima da violência, não somente material, mas também simbólica, que se mostra velada e contumaz na negação dos direitos à vida cidadã.

Diante dessas constatações, buscamos, por meio do diálogo com os estudos territoriais, compreender como se dá o processo de reinserção social dos jovens no acautelamento, visto que o espaço socioeducativo é carregado de marcas territoriais, cujo peso, especialmente da “marca infrator” mostra uma das faces mais cruéis na vida desses sujeitos. Por certo, tais marcas são levadas pela vida afora como uma condenação difícil de ser superada na liberdade, tendo em vista as condições para o ingresso na vida cotidiana, profissional e escolar.

Assim, o presente referencial é profícuo para a visualização da juventude num contexto peculiar, no qual a condição juvenil é permeada por estereótipos e que poderão constituir os modos de ser e estar perante a vida e à sociedade. Face ao exposto, na sequência serão evidenciados elementos que permeiam o conceito de território e que nos parecem importantes para a compreensão do objeto desta pesquisa.

2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Devido às transformações no mundo contemporâneo, a Geografia tem ganhando novos contornos, especialmente ao apresentar conceitos chave para a análise da espacialidade humana. Cabe ressaltar neste início que as definições que permeiam o território são polissêmicas e complexas, assim como o movimento social

o é. Haesbaert (2009). Desse modo, o território deixa de ser campo privilegiado da Geografia e expande pelas várias áreas do conhecimento, razão pela qual ganha espaço importante neste trabalho.

Nesse sentido, Haesbaert (2009) comenta que, apesar de território e territorialidade serem conceitos chave para a Geografia, se relacionam à espacialidade humana e por essa razão, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com foco centrado em uma determinada perspectiva, ao comentar que:

Território e territorialidade por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque no território, em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões [...] a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder [...] a Antropologia destaca sua dimensão simbólica [...] a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal. (HAESBAERT, 2009, p.37)

Os estudos de Haesbaert (2009) ampliam a noção de território, ao apresentá-lo a partir de quatro vertentes básicas, quais sejam: a Jurídico-política - na qual o território é concebido pela dominação e controle do Estado; a Econômica – por meio da qual o território é entendido como fonte de recursos financeiros, através das relações de capital; a Naturalista – cuja noção de território é considerada a partir da relação sociedade-natureza.

Também apresenta a corrente culturalista ou simbólico-cultural - que considera as dimensões subjetivas e simbólicas, o que torna o território produto da apropriação do espaço vivido pelos sujeitos e/ou grupos sociais.

As vertentes apresentadas pelo autor (HAESBAERT, 2009) compõem o binômio denominado materialismo/idealismo, divididas sob duas perspectivas, a saber:

[...] a primeira é a visão na qual ele denomina de “parcial” de território. Aí enfatiza apenas uma dimensão, seja ela natural, cultural, simbólica ou política. A segunda é uma perspectiva “integradora” de território que envolve conjuntamente todas as vertentes. (HAESBAERT, 2010, p. 41).

Apesar de reconhecer a importância dessas distinções (materialismo/idealismo), devido à prática social moderna, o autor extrapola esse entendimento numa concepção mais abrangente. Assim, em análise sobre as

diversas concepções territoriais, Haesbaert (2009), salienta que devido às várias dimensões sociais, o território assume caráter diversificado, portanto se mostra numa perspectiva integradora, isto é, “como espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural” (HAESBAERT, 2009, p. 74).

Nesse sentido, Haesbaert (2009) acrescenta que o território é constituído a partir do conjunto de relações sócio-espaciais que o permeiam. Dessa forma, o território está para além de uma concepção simplista, enraizada, estável e delimitada do espaço. O autor complementa que “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez e interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade.” (HAESBAERT, 2009, p.82).

Assim, buscamos por meio das concepções territoriais, isto é, a partir de seu caráter integrador, como nos propõe o autor acima citado, uma forma de analisar o processo socioeducativo. Desse modo, o contexto da privação de liberdade congrega em seu cotidiano situações de aprendizagens das mais diversas – numa distinção meramente didática – de aspectos formais e não formais – e de (con)vivência social entre os desiguais e os diferentes, cujas práticas cotidianas acabam por interferir na (re)construção das territorialidades dos sujeitos.

Neste contexto, a privação de liberdade conjuga materialidade e imaterialidade, onde se entrecruzam o poder de cerceamento da medida socioeducativa, as relações sociais e de poder que se estabelecem no acautelamento e o conjunto de representações sociais que proporcionam, não apenas movimento, mas integra-o, tendo como pano de fundo os significados, a história e a cultura dos sujeitos, associando à produção das novas territorialidades, num *continuum* das experiências vividas.

Logo, a transposição das concepções territoriais para o presente estudo nos possibilita refletir como se dá o encontro dos diferentes, das coletividades e das individualidades que compõe a experiência humana no acautelamento, numa união entre “generalizações e particularidades, materialidades e imaterialidades, fluidez e estabilidade” (SAQUET 2007, p.67). Em síntese, a construção de uma nova experiência de vida delimitada por sentidos e marcas territoriais.

Assim como Haesbaert (2009), Saquet (2007) defende que “território e territorialidade são condicionados por forças diversas, isto é, econômicas, políticas e culturais que geram a des-territorialidade e as novas territorialidades [...]” (SAQUET, 2007, p.70). Ou seja, conforme Saquet, é um processo contínuo de construção e reconstrução das territorialidades, o qual deve ser contextualizado em cada momento, período e lugar. Dessa forma, o território é concebido como uma dinâmica, no qual se entrecruzam desigualdades e diferenças, diversidade e unidade.

Ampliando o debate a respeito da territorialidade, Haesbaert (2005) ressalta que ela se refere à dimensão simbólico-cultural do território. Esta noção/conceito apresentada pelo autor se mostra coerente para este estudo ao explorá-la da seguinte forma:

- a) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: “abstração, condição genérica (teórica) para existência do território [...]”.
- b) Territorialidade num sentido mais ontológico: a. como materialidade (ex.: controle físico por meio do acesso material). b. como imaterialidade (ex. controle simbólico, pela identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”). c. como “espaço vivido” (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (HAESBAERT, 2005, p.10).

Encontramos em Saquet (2007) um conceito complementar à noção apresentada por Haesbaert (2005), ao aludir que “Território e territorialidades condicionam-se: a construção do território é estabelecida pelas territorialidades que são, ao mesmo tempo, influenciadas pelo território onde há unidade e diversidade determinadas em cada relação tempo-espaço.” (SAQUET, 2007 p.27). Este mesmo autor acrescenta que a territorialidade está presente em todos os sentidos da vida cotidiana e se coloca como produto e produtora das relações estabelecidas, cujo território se configura como resultante dessa dinâmica, e, por conseguinte, torna-se produtor das territorialidades. Neste sentido, reitera que:

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2007, p.129)

Nesse movimento cíclico exposto por Saquet (2007), em que o território é determinado e determinante pela/na construção das territorialidades, entendemos

que as relações estabelecidas com (e no) território da privação de liberdade agregam uma diversidade de modos de ser e de viver dos jovens acautelados, onde as relações sociais se materializam e incidem sobre os modos de ser, individuais e coletivos, desses sujeitos.

Desse modo, podemos inferir que o processo de construção da identidade na perspectiva social tem estreita relação com o território, conforme explicitado por Haesbaert (1999), ao esclarecer sobre a impossibilidade de uma construção territorial sem a devida identificação e valoração simbólica. Neste sentido o autor destaca que:

[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Sem a pretensão de nos determos nesta questão, haja vista seus desdobramentos, mas como forma de elucidar o conceito de identidade aqui exposto, Hall (2000)⁵ faz uma colocação que nos parece pertinente para o momento. Ele considera que, devido ao caráter social mutável no qual estamos inseridos na atualidade, não há uma totalidade capaz de definir a identidade, ela é um vir a ser, um processo, uma construção, é, pois, relacional, estratégica e posicional, que extrapola o núcleo do eu. Neste sentido, o autor assume uma conceituação que se mostra interessante para nossa análise, ao destacar que:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p.108)

Estas afirmações nos remetem às representações sociais que vêm de encontro aos jovens em situação de conflito com a lei, cujas histórias são

⁵ A perspectiva teórica de Hall (2000) será acionada neste estudo visto que buscamos trazer, além da abordagem da identidade a partir de dentro (eu-nós; nós-eu), priorizamos tal abordagem também numa concepção a partir da externalidade ao sujeito (representação).

atravessadas pelos discursos midiáticos, pelo senso comum, enfim, por uma série de atores e instituições que fixam e formatam uma suposta identidade própria nesses sujeitos, qual seja – a de infrator, contrariando, desse modo, a noção da diversidade que é intrínseca à condição juvenil.

Assim como afirma o autor (HALL, 2000), as identidades são multiplamente construídas, logo, seria inevitável pensar o território da privação de liberdade de outro modo, que não, sob o caráter múltiplo, relacional e indutor de multiterritorialidades que impactam a formação identitária dos jovens acautelados.

Corroborando com essas ideias, Elias e Scotson (2000) nos levam a refletir que a identidade individual parte intrinsecamente da relação social. Assim, não existiria um “eu” sem antes haver um eu-nós, que é a base de formação do sujeito em seu processo de construção. Neste sentido, os autores defendem que “a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social. [...] Não há identidade-eu sem identidade-nós” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 151-152)

A partir dessas considerações, percebemos a identidade, ou sua prática, isto é, a identificação como um processo de construção, que não está dada *a priori*. Não é somente uma questão cultural arraigada nos sujeitos, mas sim forjada a partir das interações destes com o meio ou contexto social.

Segundo Hall (2009):

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. [...] Têm haver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” (HALL, 2009, p.109)

Neste ponto reside uma questão de fundamental importância para o nosso estudo: o modo como o jovem em situação de conflito com a lei se representa, como ele se identifica ou como é representado socialmente. Recorrendo às ideias de Hall (2009), o problema apresentado é como tais representações impactam o modo como o jovem se vê representado, ou seja, como ele se identifica a partir do vivido territorial.

Considerando que a construção de identidade social é dinâmica, relacional e que o território incide sobre este processo, somos levados a refletir, uma vez mais, que os jovens acautelados trazem consigo suas experiências de vida, dos seus

modos de ser e viver a juventude, enfim, de múltiplas territorialidades vividas, mas que provavelmente serão impactados e (re)significados durante o acautelamento.

Justo por ser uma construção de um eu que parte do eu-nós (ELIAS e SCOTSON, 2000), isto é, da identidade individual que é forjada nas e pelas relações sociais, é que direcionamos nosso olhar para a construção das multiterritorialidades e, por conseguinte, das identidades (re)construídas pelos jovens acautelados, ao perceber como são moldadas e transformadas no e pelo espaço vivido.

Mediante o exposto, pensar a construção das identidades num sentido relacional e dinâmico é oportuno para situarmos a condição juvenil no acautelamento sem formatá-la à “marca infrator”, todavia, sem a pretensão de desprezar o ônus proveniente do cerceamento. Vislumbramos, pois, sujeitos além muros socioeducativos, em seu caráter humano, naquilo que as políticas públicas lhes são ausentes e/ou compensatórias, conforme será evidenciado no próximo capítulo.

Nesse sentido, o acautelamento se apresenta como indutor de experiências multiterritoriais, cujas vivências interferem na relação do sujeito com o outro e consigo mesmo. Assim, ratifica-se que o território é constituído não apenas por espaços geográficos, mas ainda, pelos espaços de sociabilidade, pelas vivências cotidianas que integram o processo de relações sociais e de poder e as representações desse processo. (HAESBAERT, 2009)

Por meio de tais considerações é que privilegiamos nesta pesquisa a dimensão cultural ou simbólico-cultural, ao conceber a privação de liberdade como um território a partir das subjetividades nele imbricadas, ou seja, como produto da apropriação/(des)valorização simbólica dos jovens acautelados em relação ao espaço-tempo vivido (HAESBAERT, 2009).

Convém acrescentar que o citado território tem uma dimensão forjada na lei, sendo assim, a expressão privação de liberdade remete a uma situação espacial no sentido de que pensamos a liberdade como campo aberto. Nesse sentido, a expressão remete a um lugar fechado, cercado, limitado; neste caso um território materializado fisicamente e também simbólico. Ou seja, jovem acautelado significa privado do campo aberto.

Em face deste ponto de vista, é oportuno discutir a respeito do conjunto das experiências cotidianas e dos processos educativos contextualizados à realidade territorial, ao associá-los à implementação das políticas públicas de atendimento ao público juvenil para o redimensionamento das territorialidades dos sujeitos.

Tais reflexões nos ajudaram a compreender como os jovens transitam por múltiplos territórios, isto é, o modo como se des-re-territorializam (HAESBAERT, 2009) em relação às regras institucionais, ao convívio diário com o grupo de jovens acautelados e aos processos socioeducativos implementados no período do acautelamento, em suma, ao espaço-tempo vivido e como tais experiências serão acionadas para a reinserção social quando do desligamento da unidade socioeducativa.

Portanto, vincular o processo de ressocialização dos sujeitos ao conceito de multiterritorialidade se mostra estratégico, a fim de compreender as experiências vividas pelos jovens, visto que a privação de liberdade é carregada de regras, sentidos e significados que inauguram múltiplos territórios (HAESBAERT, 2009) entrelaçados na (re)construção das territorialidades dos sujeitos.

A partir das considerações tecidas a respeito das categorias de território e territorialidade, passaremos em seguida à discussão sobre a categoria multiterritorialidade. Basearemos nossa discussão à luz dos estudos de Haesbaert pois nos pareceram profícuos para aclarar as indagações que surgiram ao longo deste estudo.

2.2.1 Multiterritorialidade: estratégias e possibilidades no território vivido

Segundo Haesbaert (2004), há todo um discurso contemporâneo quanto ao fim dos territórios, face aos avanços das tecnologias de informação e de comunicação que encurtam distâncias e contribuem para o fortalecimento das sociedades em redes, dos fluxos e hibridismos culturais. Isto tem sido denominado como uma desterritorialização, característica que se destaca na sociedade capitalista e na dita globalização.

Em sua obra “O Mito da Desterritorialização”, Haesbaert (2009) defende que a multiterritorialidade surge como alternativa conceitual dentro de um processo

denominado, por vezes, como “desterritorialização”⁶ (HAESBAERT, 2009). Ao lançar mão do termo, proposto pelos filósofos Giles Deleuze e Félix Guatarri, o autor destaca a amplitude que tal conceito assume na modernidade, ao aludir que:

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo des(re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial". (HAESBAERT, 2012, p. 11)

Haesbaert ainda chama a atenção para o fato que, de certo modo, o ser humano como animal territorializador, teria sempre vivido uma “multiterritorialidade”, visto que a existência humana inclui inevitavelmente uma interação territorial, isto é um entrelaçar de vários territórios. Assim, buscando aprofundar o conceito que se institui na contemporaneidade, Haesbaert (2009) explicita que a multiterritorialidade pode ser entendida como uma reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas.

Desse modo, para além do abandono dos territórios ou de seu declínio, Haesbaert (2009) ressalta que o conceito de multiterritorialidade surge como uma explosão, ao relacioná-la à fenômenos como a globalização, a mobilidade e o capitalismo da era moderna (ou suposta modernidade), que provocam uma reconfiguração na vida em sociedade. Neste sentido, o autor extrapola o conceito de território com o fim de compreendê-lo numa perspectiva mais integradora.

O autor elucida ainda que:

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós moderna”, da reterritorialização (...) ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos (...) (HAESBAERT, 2009, p.338)

⁶ A respeito do termo desterritorialização, conforme anunciado por Deleuze (1988) “[...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte (DELEUZE no vídeo “L’abécédaire de Gilles Deleuze”, filmado em 1988 por Claire Parnet, *apud* HAESBAERT, 2009, p.99). Nesse sentido, a desterritorialização se apresenta como um processo concomitante no qual os homens estão a todo instante a desterritorializar e reterritorializar-se.

Nesse sentido, esta categoria é apresentada em um processo concomitante em que os homens transitam por múltiplos territórios, face ao movimento social. Acrescente-se a este processo as múltiplas dimensões provenientes e simultâneas das relações de poder, considerando a perspectiva integradora do espaço geográfico (HAESBAERT, 2009). Além disso, Haesbaert acrescenta que a multiterritorialidade possibilita a conexão com vários territórios, seja pelo deslocamento físico concreto e/ou virtualmente.

Multiterritorialidade [...] implica assim, a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma "mobilidade concreta", no sentido de um deslocamento físico, quanto "virtual", no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico. (HAESBAERT, 2009, p.343).

Todavia, o autor alerta que o termo multiterritorialidade tem sua aplicação mais apropriada no bojo social, visto que os indivíduos socialmente vulneráveis é que se mostram mais desterritorializados, em virtude da precariedade provocada pelo movimento social. Nisto incluímos a parcela de jovens que tem fragilizada a questão territorial por inúmeros fatores dos excludentes sociais. Haesbaert argumenta que:

O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento. Por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o "controle" e/ou a "segurança" sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais "desterritorializados" ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados (HAESBAERT, 2009, p.20)

Neste sentido, importa destacar que os indivíduos das camadas populares são aqueles que têm menos acesso aos bens de consumo, à informação, ao trabalho e ao ensino de qualidade, dentre outros. Nesse contexto é que procuramos situar os jovens em situação de conflito com a lei que, independente de seus atos, carregam uma história, muitas vezes marcada pelas precárias condições de vida em virtude dos fatores que demarcam as desigualdades sociais.

Ao nos reportarmos aos princípios que permeiam a multiterritorialidade, que têm em sua essência um caráter relacional e transformador da realidade social, é possível reconhecer a importância estratégica do território na dinâmica das

mudanças nos grupos sociais, a partir das respectivas relações sociais e de poder que se estabelecem diante dele.

Tais concepções nos permitem vislumbrar o acautelamento numa perspectiva integradora, como espaço que conjuga vários territórios e como uma alternativa no sentido de perceber que “[...] como “espaço-tempo-vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo” Haesbaert (2004, p.2). Desse modo, recorrer a essa abordagem teórica nos permite acessar o vivido territorial, haja vista as possibilidades analítico-reflexivas que nele se apresentam.

Num primeiro momento, consideramos a dinâmica territorial na qual muitos elementos se somam à construção das multiterritorialidades dos jovens acautelados. Partimos do pressuposto que estes sujeitos vivenciam múltiplos e simultâneos territórios, seja em relação à vida antes e durante o acautelamento e que coexistem na vida em liberdade. Por certo, essas territorialidades são articuladas ao vivido territorial e incidem na (re)construção de identidades.

Assim, no acautelamento, os jovens experimentam múltiplos territórios, sendo ao mesmo tempo: alunos, internos, pacientes, filhos, enfim, cidadãos em conflito com a lei e que, ante as representações sociais, carregam estigmas e estereótipos que, muitas vezes, reforçam e negativam suas perspectivas futuras.

Todavia, para compreender como se processam as multiterritorialidades, é preciso antes destacar que a realidade social é complexa, diversa e que nem sempre se coaduna com a condição juvenil de muitos, especialmente para aqueles em condição de vulnerabilidade social. Partindo desses pressupostos, procuramos dar voz aos jovens egressos do sistema socioeducativo para compreender esse processo por quem o vivenciou.

Para Haesbaert (2009), o entrelaçar desses novos territórios provoca uma nova experiência de vida mais flexível e mutável, ao afirmar que:

Talvez o mais importante desta nova relação seja que esses diferentes territórios que conseguimos mobilizar não continuam mantendo suas individualidades, como num novo “todo” produto do somatório das partes, mas entram na construção de uma experiência ou construção efetivamente nova, flexível e mutável que não é uma simples reunião ou justaposição de “múltiplos” territórios, mas efetivamente, uma “multiterritorialidade”. Não se trata, portanto, de uma transformação meramente quantitativa [...] (HAESBAERT, 2009, p.345)

Entendemos, conforme o autor, que a multiterritorialidade não se baseia no abandono dos territórios vividos, nem tampouco de sua sobreposição, mas de uma reconstrução das experiências espaço-temporais, ou seja, a vida social delineada a partir de elementos mais fluidos e móveis, assim como é a sociedade.

Nesse sentido, Haesbaert (2004, p.18) acrescenta que nossas vidas estão impregnadas com influências provenientes “de inúmeros outros espaços e escalas. A própria “singularidade” dos lugares (e dos territórios) advém sobretudo de uma específica combinação de influências diversas, que podem ser provenientes das mais diversas partes do mundo.”

Contribuindo com esse entendimento, encontramos em Massey (2008, p.94) uma concepção de espaço como uma produção aberta e contínua. Assim, além da temporalidade implícita, sendo aberta, o espaço é capaz de produzir uma multiplicidade genuína de trajetórias. Essa concepção nos leva a inferir que o espaço, e, concomitantemente o tempo, não podem ser concebidos por mera representação e/ou fixação, mas sim algo em contínuo movimento. Isso nos leva a perceber que a constituição do território se dá em uma conjugação relacional e múltipla, conforme defendido por Haesbaert (2004; 2009) e Saquet (2007).

Nessa direção, cabe ressaltar que o acautelamento deve ser concebido como um processo territorial dinâmico, ao ser modificado a todo o momento, por meio de influências das mais diversas, provenientes das relações que se instituem no seu interior através das representações sociais e sentidos atribuídos pelos jovens. O acautelamento pode ser reconhecido por alguns como uma oportunidade de rever os atos cometidos, mas, para outros, pode se mostrar como forma de repressão, ou ainda formas de aperfeiçoamentos das práticas infracionais. Desse modo, o território é instituído por meio do valor de seu uso e/ou de sua apropriação (HAESBAERT, 2004).

Acrescente-se, consoante a Haesbaert (2004, p.19), que “o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade”. Nesse sentido, é importante considerar esses múltiplos espaços, não como forma ou coisa, mas em seu caráter relacional, isto é, das novas relações que eles possibilitam, haja vista que “mais importante do

que as formas concretas que construímos são as relações com as quais nós significamos e “funcionalizamos” o espaço, ainda que num nível mais individual” (HAESBAERT, 2009, p.350)

Nesse contexto, para compreender o processo territorial que se institui no acautelamento dos jovens em situação de conflito com a lei, é preciso atravessar o espaço vivido em toda sua multiplicidade de sentidos, seja pela execução da medida socioeducativa como instrumento de poder do estado e/ou pelas experiências do tempo vivido e seus impactos no processo de ressocialização dos sujeitos.

Isso nos propõe considerar, uma vez mais, que os jovens acautelados transitam por múltiplos territórios numa constante tensão entre liberdade e aprisionamento, entre o tempo presente e o tempo futuro, desejos e incertezas, que expressam a diversidade presente nesse espaço-tempo-vivido que delineará a (re)construção das identidades desses sujeitos para a vida em liberdade.

O princípio de que a construção das multiterritorialidades não significa simplesmente o abandono de territórios anteriores e/ou sua sobreposição, podemos indagar: como (ou de que modo) esses territórios são acionados? Como as experiências individuais são (re)significadas a partir do vivido territorial? Como a condição juvenil é concebida nesse território? O tempo vivido no acautelamento é fecundo para a reinserção social? Estas indagações se tornaram eixo para a pesquisa de campo realizada junto aos jovens egressos da medida de privação de liberdade.

CAPÍTULO II

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A implementação de políticas públicas no Brasil é relativamente recente, tendo transitado no campo teórico por concepções variadas, até chegar (por volta de 1995) ao processo atual que consiste basicamente na definição de agenda pública, ou seja, identificação e definição do problema, formulação da política pública, tomada de decisões, implementação e respectiva avaliação. Todavia, há uma crítica quanto à eficácia deste processo, cujo debate excede os objetivos deste texto.

Em seus estudos, Rua (1998) apresenta uma interessante definição de políticas públicas: “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731). A autora acrescenta a esse entendimento a seguinte questão:

[...] uma vez que as políticas públicas são respostas, não ocorrerão a menos que haja uma provocação. Em linguagem mais especializada, as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas. (RUA, 1998, p. 73)

É importante notar o contraponto referido pela autora entre problemas políticos e “estado das coisas”, o que nos leva a considerar que, enquanto os problemas sociais não ocuparem as agendas públicas, na condição de problemas políticos, eles permanecerão como um estado das coisas. Situação esta, que segundo a autora, coaduna com as políticas públicas implementadas para a juventude que se detiveram em paliativos dos problemas e necessidades apresentados por esta categoria ao longo dos anos.

Segundo Castro e Abramoway (2002), a elaboração das primeiras políticas públicas no Brasil destinadas à infância e à juventude tiveram como prisma à intervenção do Estado para o “saneamento social” (grifos das autoras), isto é, como

a contenção de um problema que se agravava no país e que necessitava de intervenção política, conforme segue:

No Brasil, a intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas públicas para os “jovens” – entenda-se aqui o referencial de corte etário na infância e adolescência, uma vez que poucos programas teriam como referência o ciclo de mais de 17 anos, teve como a preocupação com o “saneamento social” de tipos indesejáveis. (CASTRO e ABRAMOWAY, 2002, p. 7).

Neste contexto, destaca-se o extinto Código de Menores, sendo este o pioneiro na América Latina, instituído pelo Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 (e reformulado em 1979), que tinha por objetivo sistematizar a ação de tutela e da coerção para a reeducação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. (SARAIVA, 2005)

Com a promulgação da Doutrina Menorista, as crianças passaram a ter alguma visibilidade. Apesar de alguns direitos adquiridos, como a proibição do trabalho aos menores de 12 anos, as medidas adotadas tinham um caráter assistencialista e protecionista, além de colocar num mesmo patamar indivíduos em situações distintas. Desta feita, o citado código ficou conhecido como doutrina da situação irregular (SARAIVA, 2005), já que destinava-se ao menor abandonado, que se encontrava em situação de extrema pobreza e também aqueles que cometiam quaisquer delitos.

De acordo com Castro e Abramoway (2002), o Código Menorista orientou a formulação das demais políticas públicas direcionadas à juventude até o final da década de 1970. “Mais do que medidas de enquadramento moral de crianças e adolescentes na sociedade, [...], consagrou propostas engendradas pelo Estado, que de acordo com a conjuntura, poderiam assumir um caráter desenvolvimentista de formação de adultos aptos ao mundo do trabalho” (2002, p.7). Consoante às autoras, o citado dispositivo legal vinha ao encontro de interesses políticos e sobrepunha reais necessidades do público infantojuvenil.

Seguindo este raciocínio, de acordo com Spósito e Carrano (2003), ancorados nos estudos de Abad (2002), a definição das políticas direcionadas para a juventude na América Latina foi motivada pelos problemas de exclusão dos jovens das sociedades e pela necessidade de inseri-los no mundo adulto.

Apesar de não haver inscrição exata do período da implementação dessas políticas públicas, segundo os citados autores, com o fim de ressaltar “a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos [...]” (SPÓSITO e CARRANO, 2003, p. 3), a partir dos estudos de Abad (2002) junto a diversos estudiosos, estabeleceu-se uma periodização em torno de quatro modelos distintos de políticas para a juventude, a saber:

- a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980);
- b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985);
- c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000);
- d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Como se pode perceber, as políticas de atendimento ao público juvenil surgiram como forma de contenção, controle social e para a garantia do desenvolvimento econômico do país. Isso se fez notar, especialmente junto aos movimentos sociais nas décadas de 60 e 70, face à aceleração da economia em virtude do processo industrial que se instalou no Brasil e em outros países latino americanos, cujos jovens, especialmente das camadas populares, se tornaram mão de obra explorada no chão das fábricas. (PERALVA, 2007)

Nesta direção, Abramo (2005) salienta que o enfoque de controle e domínio perdurou nos anos 80 e 90 como “uma das principais matrizes por onde o tema da juventude, principalmente a “emergente” juventude dos setores populares, voltou a ser problematizado pela opinião pública e que tencionou para a criação de ações tanto por parte do Estado como da sociedade civil.” (ABRAMO, 2005, p.2).

Ainda a este respeito, Pais (1990) reitera que a juventude se tornou um problema social a partir do momento em que passou a incomodar o poder público em relação ao seu posicionamento diante da sociedade e das necessidades que se apresentaram. O autor destaca que quando a categoria juvenil passou a ser considerada como grupo social definido, tornou-se necessário erradicar os problemas que surgiram com ele, como o desemprego, o uso de drogas, as manifestações de cunho sócio político, dentre outros.

Abramo (2005) complementa esta ideia ao afirmar que:

As respostas produzidas até então, sob a referência da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, centradas nos fundamentos da proteção e tutela para garantir um desenvolvimento adequado dos sujeitos até atingir a maioridade, se mostraram insuficientes para dar conta das questões emergentes relativas aos processos (e dificuldades) de inserção e atuação no mundo social (ABRAMO, 2005, p.8)

Corroborando com a autora, a noção de juventude não se orientava pela ideia da constituição de perspectivas na formação de novos valores e atitudes das gerações vindouras e/ou com o vislumbrar do protagonismo juvenil para a vida social (SPÓSITO e CARRANO, 2003), mas como forma de controle e domínio com vistas ao bem estar social.

Esse panorama começou a se alterar na década de 1990, período de marcos importantes na instituição de políticas direcionadas à infância e à juventude, visto que a partir do cenário de movimentos e de lutas sociais, emergiram discussões e ações em prol da implementação de legislações específicas e consequentes políticas públicas em defesa dos direitos fundamentais para estas categorias, como grupos socialmente definidos. (SPÓSITO e CARRANO, 2003).

Neste contexto, a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/1990), regido pelos princípios legais emanados da Constituição Federal (1988), surge como um divisor de águas na consolidação dos direitos da infância e da juventude no Brasil. Contrariando o extinto Código de Menores, ele coloca todas as crianças e adolescentes, independentemente de raça, cor, etnia, credo, condição social e etc, como sujeitos de direitos fundamentais para a vida em sociedade, acima de quaisquer interesses, conforme o disposto a seguir:

Art. 3º - **Parágrafo único.** Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem [...]. (BRASIL, 1990)

O ECA consagrou a proteção integral ao público infantojuvenil e ratificou o dever da família, do estado e da sociedade em relação à garantia dos direitos previstos na constituinte. Assim, consoante ao disposto no artigo 227 da Constituição Federal, o Estatuto reitera o texto legal ao preconizar que:

Art. 3º. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer,

à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Por certo, a Lei 8.069 (1990) representa um avanço na legislação brasileira, em detrimento à doutrina menorista, inclusive no marco conceitual, cujo termo “menor” pejorava a situação da criança ou do adolescente abandonado, equiparando-o à condição de delinquente. A este respeito, Guerra (2014) ressalta que o ECA inaugurou uma grande mudança legislativa e política acerca da questão da criança e do adolescente, visto que:

[...] o assunto deixa de ter conotação secundária, em que praticamente eram concebidas normas direcionadas para crianças em situação irregular, para uma visão mais abrangente, que contempla efetivamente a condição humana. (GUERRA, 2014, p.247).

Além da garantia dos direitos fundamentais a toda e qualquer criança ou jovem/adolescente, o dispositivo legal prevê, em Parte Especial, o atendimento aos sujeitos em situação de conflito com a lei, dedicando-se à observância das medidas protetivas e/ou socioeducativas aplicáveis de acordo com o ato infracional praticado.

Conforme preconizado no Capítulo I das Disposições Gerais da Lei 8069/90 - Art. 86. “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.” Neste sentido, o dispositivo legal prevê uma rede de serviços que tem como primazia a intersetorialidade.

Consoante ao que determina o ECA, dentre os princípios da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Brasil (2010), a intersetorialidade apresenta-se como basilar para a efetivação das políticas destinadas à infância e à juventude, ao ressaltar que:

A organização das políticas públicas por setores ou públicos impõe a adoção da ótica intersetorial e de trabalho em rede para compreensão e atuação sobre os problemas, o que está previsto no ECA ao estabelecer que a política de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes se dará por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2010, p.2)

Cabe acrescentar que para a consolidação da proteção integral e da garantia dos direitos preconizados pelo ECA, foi criado o Sistema de Garantia de

Direitos da criança e do adolescentes (SGD), a fim de garantir sua operacionalização no contexto das políticas de atendimento para estes sujeitos (BRASIL, 2006), o que será apresentado na sequência.

3.1 O SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL E O SINASE

Com a promulgação da Constituição Federal (1988), do ECA (1990) e o conseqüente estabelecimento de direitos, princípios e diretrizes da política de atendimento à infância e à juventude, instalou-se no país o Sistema de Proteção geral de direitos de crianças e adolescentes, com o fim de efetivar a implementação da Doutrina da Proteção Integral, denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Nele incluem-se:

[...] princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo Poder Público em suas 03 esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelos 03 Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. A opção pela forma de Sistema tem como finalidade melhor ordenar as várias questões que gravitam em torno da temática, reduzindo-se, assim, a complexidade inerente ao atendimento aos direitos desse público. (BRASIL, 2006, p.22).

Nesse contexto, com o objetivo de efetivar os princípios regulatórios da infância e adolescência no Brasil em conformidade com o SGD, a Lei Federal 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), cujo objetivo é regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas à jovens /adolescentes em situação de conflito com a lei.

O SINASE surge como um subsistema que atua sobre essa questão em específico “o qual se comunica e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao Sistema de Garantia de Direitos (tais como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública).” (BRASIL, 2006, p.22)

A Resolução 119 de 11 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que aprovou a lei 12.594/2012, define o SINASE como política pública com vistas à inclusão do jovem/adolescente em situação de conflito com a lei, a partir dos seguintes marcos referenciais:

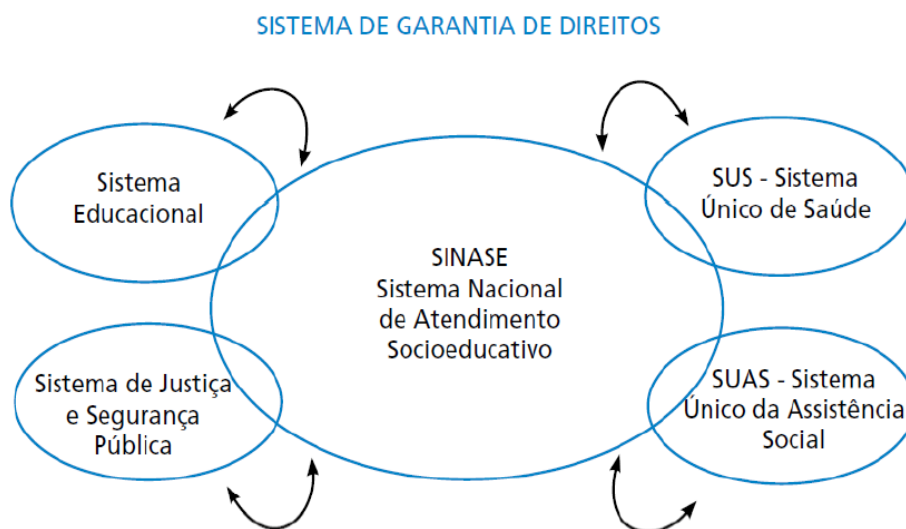
Art. 1º, § 1º. O conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipal, bem como todos os

planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei” (BRASIL, 2006).

Conforme descrito, no bojo desse dispositivo legal, ratifica-se a importância em articular o gerenciamento das medidas socioeducativas com os governos Federal, Estadual, Municipal, e reitera a responsabilidade e participação do Estado, da família e da sociedade no enfrentamento do problema. Além disso, propõe a articulação entre o Conselho de Direitos de Crianças e Adolescentes, o Poder Judiciário e o Ministério Público, atribuindo-lhes a condição de partes integrantes do SGD.

Assim, o SINASE está ancorado numa rede de sustentação, como é ilustrado no diagrama em seguida:

DIAGRAMA – Constituição do Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: SINASE (2006, p. 15)

Conforme exposto, tem-se que as políticas públicas de enfrentamento da questão dos jovens em situação de conflito com a lei estão pautadas numa rede de sustentação, muito embora tais políticas ainda estejam tímidas na consolidação da garantia dos direitos, o que é ratificado no relatório do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013), que diz: “nestes últimos anos, muitos estudos e experiências demonstraram o quanto o sistema socioeducativo ainda não incorporou nem universalizou em sua prática todos os avanços consolidados na legislação” (BRASIL, 2013).

Assim, os estudos de Spósito (2002), Carrano (2012), Stecanela (2009), e outros, reiteram a ineficácia das políticas de atendimento aos jovens em situação de conflito com a lei, por se mostrarem esvaziadas em seus propósitos compensatórios, como uma forma de resposta à sociedade, face ao risco social provocado pelos atos infracionais praticados por jovens/adolescentes.

Nessa direção, Carrano (2012) destaca que as políticas públicas se mostram frágeis, de cunho socioassistencialistas e pouco direcionadas ao público juvenil, principalmente devido a seus propósitos que não vão ao encontro dos jovens em situação de vulnerabilidade, como sujeitos de direitos e que precisam ter asseguradas as condições para o devido engajamento social.

O autor (2012) ainda destaca que as políticas públicas em favor da juventude, na última década pautaram-se muito mais pela intuição daquilo que seriam as necessidades dos jovens e “muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apontassem caminhos e demandas.” (CARRANO, 2012, p.83).

Neste sentido, a partir da realização de revisão da literatura, embora tenha sido possível perceber um avanço em termos de instituição de políticas públicas destinadas à juventude, pode-se observar a fragilidade para a sua consolidação como instrumento de empoderamento dos sujeitos, por meio dos direitos consagrados na legislação brasileira. (SPÓSITO, 2002); (CARRANO, 2012).

Além disso, torna-se importante destacar que essas políticas públicas priorizam uma visão enraizada a respeito da juventude, ao desprezar, por vezes, toda a diversidade que a compõe e a torna singular dentro de uma sociedade, além da prevalência do caráter etário na definição de programas e projetos sociais, que acaba muito mais por suprir uma falta decorrente da vulnerabilidade social, do que propiciar a devida inserção desses sujeitos no contexto social. (SPÓSITO, 2009).

3.2 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O ACAUTELAMENTO

No contexto das políticas públicas destinadas à infância e à juventude em situação de conflito com a lei, encontram-se as medidas socioeducativas

preconizadas pelo ECA (Art.112) e regulamentadas pelo SINASE (2012). Tais medidas são um mecanismo legal com vistas à reinserção social de crianças e jovens/adolescentes.

Estão organizadas em dois grupos: o primeiro, das medidas em meio aberto, não privativas de liberdade, quais sejam: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida. O segundo grupo é composto pelas medidas em regime de semiliberdade e de privação de liberdade – sendo esta medida o foco desta pesquisa.

O cerne das medidas socioeducativas é o caráter eminentemente educativo, sob prerrogativa de uma prática restaurativa e dialógica. Para além de levar os sujeitos à compreensão dos atos praticados e sua responsabilização, objetiva resgatar a cidadania infanto-juvenil, por vezes fragilizada em razão das vulnerabilidades sociais.

De acordo com o disposto no Art. 104 do ECA “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos [...]”, ou seja, crianças e adolescentes não podem ser responsabilizados por seus atos pelo mesmo rigor dos adultos, face à situação de sujeito em peculiar condição de desenvolvimento. Portanto, devido a essa condição, na ocorrência de atos infracionais⁷ infanto-juvenis aplicam-se medidas socioeducativas.

Neste sentido, o sujeito em situação de conflito com a lei será responsabilizado de acordo com o ato praticado, aplicando-se medida correspondente à infração cometida, obedecendo aos princípios gerais orientadores da Lei Federal 12.594/12 (SINASE), que trata dos direitos individuais do jovem em cumprimento de medida socioeducativa, consoante ao artigo 35, a saber:

⁷ O ato infracional é conceituado de acordo com o disposto no artigo 103 do ECA como “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Na interpretação da lei pode-se dizer que se trata de ato condenável, de desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças ou adolescentes.

No caso de ato infracional cometido por criança (até 12 anos), aplicam-se as medidas de proteção. Nesse caso, o órgão responsável pelo atendimento é o Conselho Tutelar. Já o ato infracional cometido por jovem/adolescente deve ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente a qual cabe encaminhar à autoridade a quem compete a aplicação das medidas socioeducativas previstas no ECA.

- I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
- IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
- V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
- VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;
- VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e
- IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo. (BRASIL, 2012, p. 4)

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, nos deteremos na observância da medida de privação de liberdade. Cabe destacar que dentre o elenco das medidas socioeducativas previstas no ECA, a privação de liberdade se constitui a mais severa, visto que o jovem tem como sanção a perda de sua liberdade em tempo integral.

A este respeito, Ishida (2006, p.289) comenta que, com vistas à garantia dos direitos do jovem/adolescente, o ECA (Art. 112) condicionou a privação de liberdade a três princípios basilares, quais sejam: o da brevidade; o da excepcionalidade e o do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

(1) o da **brevidade**, no sentido de que a medida deve perdurar somente para a necessidade de readaptação do adolescente; (2) o da **excepcionalidade**, no sentido que deve ser a última medida a ser aplicada pelo juiz quando da ineficácia de outras; e (3) o do **respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento**, visando manter condições gerais para o desenvolvimento do adolescente, por exemplo, garantindo seu ensino e profissionalização. (ISHIDA, 2006, p.289) (grifos do autor)

A partir desses princípios, de acordo com o Art. 122 - § 3º do ECA (1990) é estipulado o prazo máximo de três anos de privação de liberdade e a liberação compulsória aos 21 (vinte e um) anos (§ 5º), devendo ser revista a condição do jovem a cada seis meses, prezando pela condição de sujeito em desenvolvimento.

No tocante ao princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a educação e a profissionalização configuram enquanto direitos

assegurados aos jovens acautelados. Neste sentido, Mario Volpi (1997) contribui com reflexões pertinentes, ao elencar uma série de princípios pedagógicos que direcionam a vida cotidiana no território da privação de liberdade.

Segundo o autor (VOLPI, 1997), o trabalho em equipe transdisciplinar, o planejamento e a avaliação como fundamento da prática pedagógica são princípios que devem orientar a ação pedagógica para uma efetiva socioeducação, além de fazer referência à realidade em que esta educação se circunscreve.

[...] trabalho em equipe transdisciplinar, cujos profissionais devem associar embasamento teórico à instituição e ao bom senso para enfrentar os desafios de prática social específica; utilizar planejamento e avaliação como instrumentos pedagógicos importantes para a superação do espontaneísmo e ativismo caracterizado pela ação sem reflexão, e consecução dos objetivos legais e educacionais. (VOLPI, 1997, P.31).

De acordo com o autor (VOLPI, 1997), “a vida social cotidiana e a convivência constituem-se importante conteúdo pedagógico, que deve ser baseado na relação solidária e na co-gestão entre educadores e educando.” Ele lança mão da experiência cotidiana no vivido territorial, como atributo pedagógico, o que entendemos como parte de um projeto pedagógico vivo, que se constitui como instrumento de materialidade por meio de uma educação contextualizada à realidade dos sujeitos.

Assim, consoante à política socioeducativa, a educação se faz signatária do processo de ressocialização dos indivíduos. Neste sentido, deve ser pensada, não como solução para todas as mazelas sociais, mas como direito previsto na legislação brasileira e como possibilidade de empoderamento, com vistas à emancipação por meio do saber construído, ao se perceberem sujeitos sócio-históricos, isto é, uma educação que seja capaz de movê-los da condição em que se encontram, através de uma visão crítica da realidade. (GRACIANI, 1997)

Nessa perspectiva, é oportuno situar a educação no território da privação de liberdade, foco desta pesquisa, ao considerá-lo em suas especificidades, expressas pela condição de encarceramento, das culturas e modos de vida que se entrecruzam e redimensionam as identidades individuais e coletivas. Neste sentido, a educação contextualizada à realidade é essencial na construção de uma consciência crítica sobre os atos cometidos pelos jovens ao direcioná-los à reflexão, com foco na

mudança e não no ato cometido, para que haja uma (re)significação do projeto de futuro.

Sabemos que na operacionalização da medida socioeducativa há um conjunto de atores agindo em articulação em prol de ações as mais diversas e setores interligados que irão interferir nesse processo. Para tanto, segundo Volpi (1997), deve-se priorizar, quando possível, a interação dos jovens no planejamento dessas ações, para que haja uma participação mútua em busca de sua efetividade.

Cabe reafirmar, consoante a Haesbaert (2009), que o território, para além de ser constituído apenas por espaços geográficos, ele também constitui-se pelos espaços de sociabilidade, pelas vivências cotidianas, pelos sujeitos, pelas relações sociais e de poder nele imbricados. Daí a importância em valorizar as vivências e experiências dos jovens no território da medida socioeducativa, sejam elas educativas, de qualificação para o trabalho e/ou socializadoras.

Ainda sobre a aplicação da medida de privação de liberdade, apesar do conjunto de serviços articulados em rede e a previsão da garantia de direitos, O ECA (BRASIL, 1990) é incisivo ao determinar que esta medida somente poderá ocorrer em casos extremos, conforme a seguir:

Art. 122.

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada. (BRASIL, 1990)

Consoante ao dispositivo legal (ECA, 1990), pode-se concluir que a medida de privação de liberdade, em hipótese alguma poderá ocorrer sem antes se esgotarem todas as possibilidades de aplicação de medidas menos severas, o que nos leva a refletir sobre a complexidade que permeia tal mecanismo.

No entanto, segundo levantamento nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR, 2012), tem havido um aumento considerável de jovens acautelados (no período de 2010 a 2011 este aumento foi de 10,97%). Essa constatação nos permite inferir que as políticas direcionadas aos

jovens, especialmente os das camadas populares, em situação de conflito com a lei são de fato frágeis, visto que não priorizam ações preventivas que enalteçam o protagonismo juvenil, capazes de amenizar essa realidade. (CARRANO, 2012).

Face ao exposto, em seguida, apresentaremos o contexto no qual está inserido o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, com vistas ao delineamento das medidas socioeducativas no Município de Governador, a fim de situar nosso objeto de pesquisa neste espaço.

3.3 DELINEAMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM GOVERNADOR VALADARES: O CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO FRANCISCO DE ASSIS

O município de Governador Valadares (GV) compõe a Mesoregião do Vale do Rio Doce, situado na região leste do Estado de Minas Gerais. Segundo o censo demográfico (IBGE, 2010), possui uma população de 263.689 mil habitantes, sendo cerca de 30% desse contingente representado por jovens entre 15 a 29 anos.

A cidade mantém conexão com várias regiões do país, sendo demarcada pelo entrecruzamento das rodovias BR116, BR381, BR451, BR259 e a estrada de ferro Vitória-Minas (Companhia Vale do Rio Doce). Situa-se a 322 km de Belo Horizonte (MG), 352 km de Vitória (ES); 591 km do Rio de Janeiro (RJ); 904 km de São Paulo (SP) e 967 km de Brasília. Com uma população predominantemente urbana (96%), Valadares apresentou uma taxa anual de crescimento populacional de 0,65% - entre os censos de 2000 a 2010. (IBGE, 2010)

Neste período (2000 a 2010), o município apresentou uma melhora nos seus indicadores sociais, com seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda (IDH-R) que atingiu o valor de 0,727 em 2010, e, conseqüente redução do nível de pobreza, cujo censo demográfico de 2010 era da ordem de R\$599,69, o qual indica um acréscimo de 45,3% em relação à renda cotejada no ano 2000. (IBGE, 2010)

Apesar de apontar melhoras em relação ao desenvolvimento econômico, a cidade tem apresentado altos índices de vulnerabilidades sociais, de violência e criminalidade. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (2014), elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que

Governador Valadares ocupou o 23º lugar de vulnerabilidade muito alta dentre 288 municípios que, no ano de 2012, possuíam mais de 100 mil habitantes.

O citado índice combina variáveis associadas aos níveis de exposição de jovens à violência, permanência na escola, forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios. Para compreender os índices de vulnerabilidade social, foram consideradas, também, dimensões como educação, emprego, pobreza e desigualdades. (BRASIL, 2014)

Com relação à violência, conforme estudo realizado pelo Índice de Homicídios na Adolescência (IHA, 2014), publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR, 2014) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), a taxa de homicídios em Valadares é de 7,35 para cada grupo de mil pessoas entre 12 a 18 anos de idade.

Muito embora o IHA tenha revelado que Governador Valadares passou da 3ª para a 11ª posição no ranking dos 20 municípios com mais de 200 mil habitantes com o maior IHA, este índice ainda é superior ao do Estado de Minas, cuja taxa de homicídios é de 3,52; e do País, de 3,32. Além do disso, segundo dados do Plano Estadual Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas (MINAS GERAIS, 2014), a Mesorregião Vale do Rio Doce está em terceiro lugar no ranking de origem dos adolescentes em situação infracional no Estado, sendo responsável por 7,8% da demanda.

Porém, uma ressalva é necessária, pois os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2014) apontam que os jovens, modo geral, entre 16 e 18 anos, são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no País. Se consideradas apenas as infrações de homicídios e tentativas de homicídio, esse número reduziria para 0,5%. Diante dessa estatística, é preciso considerar que a criminalidade tem sido atribuída à juventude, pelo senso comum, motivado por vezes pela mídia, desprezando tais indicadores e impulsionado discursos em prol da redução da maioria penal, a qualquer custo.

Diante desse cenário, observa-se que as demandas sociais neste município são consideráveis e necessitam de um olhar sensível para a operacionalização dos

mecanismos sociais, tendo em vista o implemento de políticas públicas com vistas à amenização desse quadro e garantia de direitos previstos pela legislação brasileira.

Para o atendimento aos jovens em situação de conflito com a lei, o município conta com a rede de acolhimento composta por: Vara da Infância e da Juventude; Defensoria Pública; Semiliberdade; Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, onde são atendidas as Medidas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida; o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis – destinado à aplicação da medida de privação de liberdade e o programa *Se Liga*, destinado ao acompanhamento dos egressos das medidas de Semiliberdade e privação de liberdade.

Conforme já explicitado ao longo deste trabalho, as medidas socioeducativas de qualquer natureza devem ser articuladas a uma rede de atendimento e proteção integral, considerando, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990), o jovem/adolescente como sujeito em peculiar condição de desenvolvimento. Dessa forma, é preciso garantir meios para que o processo de ressocialização seja posto em prática, desde o início da aplicação da medida, primando pelo caráter educativo em detrimento ao ato praticado. Isto posto, apresentaremos Centro Socioeducativo São Francisco de Assis.

3.3.3 O Centro Socioeducativo São Francisco de Assis – CSESFA

O Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CSESFA), anteriormente denominado Centro de Internação de Adolescentes (CIA), inaugurado no dia 14 de outubro de 2005, é unidade pública estadual que se destina à aplicação da medida socioeducativa⁸ de privação de liberdade a jovens em situação de conflito com a lei do sexo masculino, na faixa etária entre 12 anos completos e 18 anos de idade, podendo estender às pessoas entre 18 e 21 anos de idade incompletos. Segundo o

⁸ No Estado de Minas Gerais a Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade é gerida pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, por meio da Subsecretaria Estadual de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE). Seguindo essa hierarquia, no contexto administrativo da SUASE, a Superintendência responsável pela Medida de Privação de Liberdade é a da Gestão das Medidas de Privação de Liberdade (SGPL).

Projeto Político Pedagógico institucional (PPP, s/d), a capacidade para atendimento é de 40 vagas para adolescentes acautelados em regime de internação e 40 em regime de internação provisória.

O que vem ao encontro do explicitado pelo ECA (BRASIL, 1990) – ao prever que a medida de privação de liberdade deverá ser realizada em entidades para este fim. De acordo com o Art. 123 do ECA “a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.” (BRASIL, 1990)

Para o atendimento aos jovens, o CSESFA conta com a seguinte estrutura física: uma enfermaria, três blocos (alojamentos) para cumprimento de internação provisória, dois blocos para o cumprimento da medida de internação, duas salas para oficinas no provisório e duas salas para oficinas na internação, uma quadra de esporte, uma quadra de areia, uma lavanderia, um refeitório do setor provisório, um refeitório do setor de internação, uma sala de atendimento técnico, duas salas de ligação também usadas para atendimento nos momentos em que não há ligação. (PPP, [s. d.]

Considerando a efetivação da medida socioeducativa, de acordo como o PPP institucional [s. d.], a unidade recorre a dispositivos metodológicos que são eixos norteadores da medida, como a abordagem familiar e sócio-comunitária; Educação escolar; Atividades artísticas, culturais e de lazer e oficinas socioeducativas (atividades externas e internas); Educação básica para o trabalho e qualificação profissional; entre outros, a fim de priorizar o caráter educativo e socializador proposto pela Lei 8069 (BRASIL, 1990).

Assim, na execução da medida socioeducativa as atividades são intercaladas entre a escola regular e as oficinas diversas de caráter socializador e/ou de qualificação profissional, que podem contemplar saídas externas, realização de cursos extramuros, participação em grupos artísticos e/ou musicais, por meio dos quais os jovens têm a oportunidade de se apresentarem em locais públicos, o que propicia uma interação destes, com os espaços que a cidade oferece.

Neste sentido, os citados eixos da medida socioeducativa apresentados pelo CSESFA se relacionam aos direitos assegurados aos jovens acautelados, conforme disposto no Art. 124 do Eca (1990), priorizando, dentre outros direitos:

- I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II - peticionar diretamente a qualquer autoridade e avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V - ser tratado com respeito e dignidade;
- VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;
- VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;
- XI - receber escolarização e profissionalização;
- XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

Tendo em vista a garantia da escolarização dos jovens no período do acautelamento, o CSESFA conta com a Escola Estadual São Francisco de Assis, localizada no interior da Unidade. Nessa instituição são oferecidos o Ensino Fundamental – Ciclo inicial de alfabetização, Ciclo complementar de alfabetização de 6º ao 9 ano e o Ensino Médio (PPP, p. 9, [s. d.]).

Segundo consta do PPP institucional [s. d.], atualmente, os jovens matriculados no Ensino Fundamental são inseridos na Educação em tempo Integral, sendo garantidas nessa proposta, atividades esportivas, de lazer, esporte e cultura. Os estudantes do Ensino Médio não são contemplados por essa modalidade, ficando sob responsabilidade da Unidade ofertar as atividades recreativas, esporte, cultura e lazer.

A integração entre os funcionários da escola São Francisco de Assis e do CSESFA é realizada por meio das equipes diretiva e pedagógica da Unidade, que articulam os encontros periódicos para o alinhamento e organização de festividades, atividades externas para os estudantes, atividades extracurriculares, reuniões da comunidade Socioeducativa e outras decisões em que “a integração se faz necessária para um bom atendimento ao adolescente” (PPP, p. 9, [s. d.]). Todo o processo de participação dos jovens nas atividades escolares e não escolares são acompanhadas por ambas as equipes.

Retomando a execução das medidas socioeducativas, a Lei 12.594 (BRASIL, 2012) que instituiu o SINASE, prevê a elaboração do Plano Decenal

Municipal de Atendimento Socioeducativo, articulado ao Plano Estadual, cujo marco, é o Plano Nacional elaborado para este atendimento. Em Governador Valadares, a construção do citado Plano em 2015, foi direcionada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), em articulação com os órgãos e setores vinculados à execução das medidas socioeducativas, dentre outros parceiros.

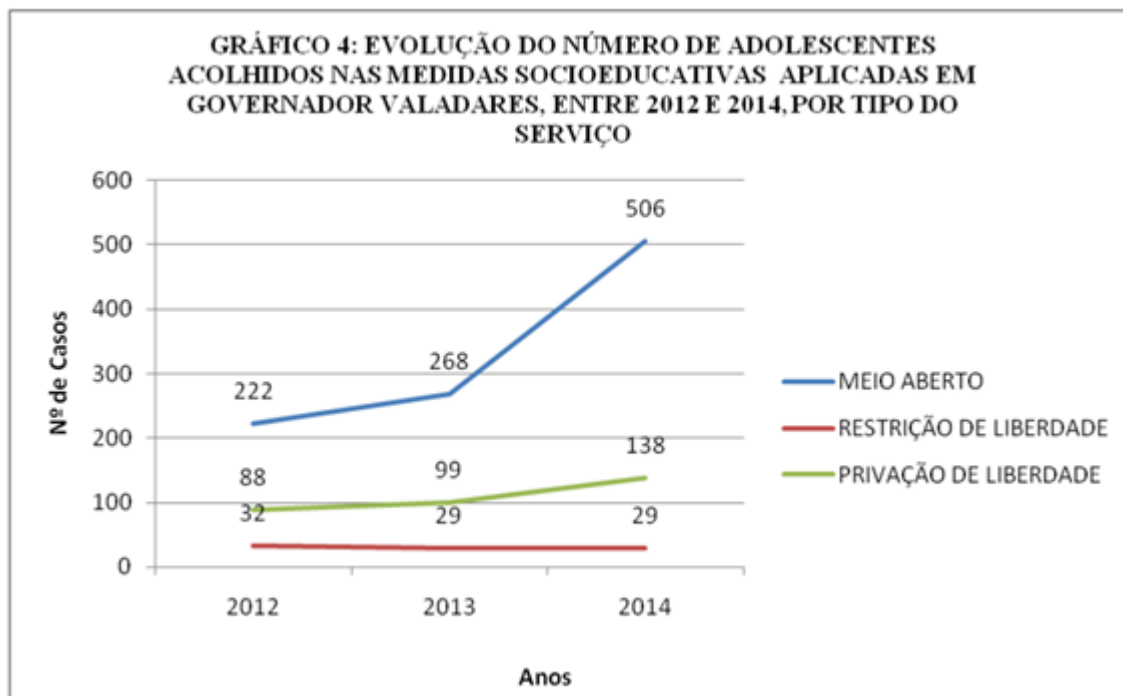
Diante dessa propositura legal, o presente delineamento das medidas socioeducativas em Governador Valadares, com foco neste trabalho, para a privação de liberdade, será esboçado a partir do Plano Municipal Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas, visto que se apresenta como um importante instrumento de análise da realidade.

Neste sentido, o referido Plano de atendimento às medidas socioeducativas em Governador Valadares, com vigência para o período de 2016 a 2025, foi elaborado – tendo como referência o período compreendido entre 2012-2014, em estudo intersetorial, composto pelos seguintes representantes: das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e de Restrição e Privação de Liberdade; do programa *Se Liga*; do poder público responsável pela infância e adolescência, dentre outros setores, tendo culminado na elaboração do diagnóstico situacional das medidas socioeducativas neste município.

Nesse estudo quali quantitativo foi explorada a aplicação das medidas socioeducativas, modo geral, destacando potencialidades e fragilidades do trabalho em Governador Valadares. Como dissemos, devido ao interesse desta pesquisa, priorizaremos a abordagem a respeito da privação de liberdade.

O citado diagnóstico aponta para o aumento na aplicação das medidas socioeducativas em Governador Valadares, conforme destacado no Gráfico 01

Gráfico 01 – Evolução do número de adolescentes acolhidos nas medidas socioeducativas aplicadas em Governador Valadares, entre 2012 e 2014, por tipo de serviço:



Fonte: Diagnóstico das Medidas Socioeducativas/Governador Valadares

Observa-se no quadro acima, que o aumento na aplicação das medidas socioeducativas em Governador Valadares teve seu maior índice no período de 2012 a 2014 no regime de Meio Aberto, demonstrando um aumento progressivo da privação de liberdade e estabilidade na aplicação da medida de restrição de liberdade.

De acordo com os dados levantados no diagnóstico situacional das medidas socioeducativas em Governador Valadares (SMAS, 2015), apresentam-se como potencialidades do atendimento à medida de privação liberdade no CSESFA, a amplitude da estrutura física da unidade socioeducativa, além da dedicação dos servidores na implementação dos trabalhos realizados e a gestão satisfatória de dados em informações sobre o perfil dos jovens e dos serviços prestados junto à rede de atendimento socioeducativo.

Todavia, a aplicação dessa medida também é marcada por fragilidades que de certa forma, comprometem a eficácia dos resultados pretendidos, sendo

apontadas, no diagnóstico acima citado, que permeou a elaboração do Plano Municipal de atendimento a tais medidas, a superlotação nos alojamentos, baixo quantitativo de equipe técnica, mau estado de conservação da estrutura física, a inexistência de espaços para as práticas de atividades de esporte, cultura e lazer, a falta de materiais de expediente, além dos impasses com a rede de atenção ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Neste sentido, percebe-se a negação de direitos, ao expor os jovens a condições precárias na acomodação nos alojamentos, a falta de estrutura adequada às demandas apresentadas, para que se consolide a função educativa da medida em detrimento ao caráter punitivo, não devendo pautar-se apenas na educação sistemática, especialmente enquanto obrigação, mas como um recurso e que, somado a outros dispositivos sociais contribua para a (re)construção do projeto de futuro dos sujeitos em situação de conflito com lei.

Outro fator que merece destaque é o que determina o art. 124 do ECA ao prever que é direito do jovem permanecer acautelado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável legal. Pode-se perceber na tabela 02 que o CSESFA, recebe também, jovens de outros municípios, o que por certo tornam complexos os vínculos familiares, por conta da distância e/ou condições de deslocamento.

Tabela 02 – Origem dos adolescentes acolhidos em Governador Valadares, entre 2012 e 2014, nos serviços de Restrição e Privação de Liberdade

MUNICÍPIOS	SERVIÇOS		SUBTOTAL	
	Restrição de Liberdade	Privação de Liberdade	ABS	%
Governador Valadares	44	124	168	68
Outros Municípios	17	63	80	32
Total	61	187	248	100

Fonte: Diagnóstico das Medidas Socioeducativas/Governador Valadares

Mediante ao exposto, percebemos vários fatores que interferem e ditam a qualidade e eficácia da aplicação da medida socioeducativa neste município, como

relatado anteriormente, a superlotação nos alojamentos além da não garantia de espaços para a prática de esporte, lazer e cultura com o devido reconhecimento da importância desses recursos para a ressocialização dos jovens. E, também, em relação ao quantitativo de funcionários coerente com o contingente acautelado para melhores condições de trabalho e convivência socioeducativa.

Romper com essas limitações é importante para que de fato se consolide o objetivo maior da medida de privação de liberdade em Governador Valadares que é a ressocialização dos jovens em situação de conflito com a lei. O cenário atual em que se encontra a Unidade socioeducativa em Governador Valadares, nos permite questionar se seria possível escrever outra história de vida, mediante a realidade que se impõe a esses jovens? Neste sentido, prosseguimos a indagar se a privação de liberdade contribui para a reinserção social e de que modo tal vivência será significada na vida em liberdade.

Preparando-nos para a análise e discussão dos relatos dos jovens egressos do CSESFA, no próximo item, apresentaremos o programa *Se Liga*, não sendo propósito desta pesquisa, analisar o citado Programa, mas como forma de apresentar o alcance do atendimento prestado aos egressos do sistema socioeducativo e para evidenciar os motivos que nos levaram a pesquisar os jovens inseridos neste programa.

3.3.2 O programa *Se Liga*

O programa *Se Liga* foi implantado em Governador Valadares em 2010. Trata-se de uma unidade pública estatal, vinculada à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Este programa é implementado em municípios que oferecem as medidas socioeducativas de Restrição e Privação de liberdade, como é o caso de Governador Valadares, que sedia a Regional Vale do Rio Doce e Mucuri, sendo extensivo à cidade de Teófilo Otoni. Ao todo o Estado de Minas Gerais abriga cinco regionais⁹, incluído a deste município, sendo ambas subordinadas à SUASE.

⁹ Além de Governador Valadares, as regionais do programa *Se Liga* mantidas pelo Estado de Minas Gerais são Belo Horizonte, Sete Lagoas, Divinópolis, Juiz de Fora e Teófilo Otoni.

De acordo com a Metodologia proposta, o *Se Liga* tem por objetivo acompanhar os jovens/adolescentes desligados das unidades socioeducativas de Restrição e Privação de Liberdade, ao estabelecer-se como espaço para o preparo do jovem para o retorno à vida social. Desse modo, “o Programa aposta no fortalecimento de vínculos comunitários, familiares e sociais [...] no intuito de construir com os adolescentes uma rede na qual eles se identifiquem, podendo assim assumir uma trajetória própria para além da trajetória infracional.” (MINAS GERAIS, 2008, p. 9).

Segundo o documento acima citado, o atendimento aos jovens se inicia ainda no período do acautelamento, que inclui além do estudo de caso, a aplicação de oficinas, atividades externas e internas ao sistema socioeducativo – de acordo com a situação do jovem, a fim de explicitar os objetivos propostos e demarcar o trabalho realizado pelo *Se Liga*, cujo caráter é de inclusão voluntária, prestando apoio aos egressos ao longo de um ano a contar de sua adesão. Enquanto política pública, reconhece que a reinserção é um processo no qual deve munir os sujeitos de condições para prosseguir a vida em liberdade de forma autônoma. (MINAS GERAIS, 2008)

Ainda, em consonância com o documento norteador acima citado, a criação desse Programa surge como alternativa que, para além das diretrizes políticas e normativas, de forma processual, busca retomar os vínculos dos jovens adolescentes com a cidade, por meio das atividades e ações propostas. O nome “*Se Liga*” tem intrinsecamente a intenção de despertar o sentimento desses sujeitos em relação ao viver em sociedade, rompendo com o ato infracional, numa continuidade às conexões com a cidade por meio de outros espaços.

Para tanto, conta com uma equipe multiprofissional especializada, articulando-se em quatro eixos, a saber: educação, saúde, dinâmica familiar e trabalho e renda, desse modo, o programa visa auxiliar a reinserção social dos jovens/adolescentes, configurando-se como política pública de incentivo e apoio para tal propósito. Desse modo, prima pelo acesso aos direitos fundamentais e, principalmente, às escolhas as quais os adolescentes consigam sustentar. Além do apoio individual, presta apoio às famílias, com encaminhamentos à rede de serviços públicos municipais, para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Conforme já esclarecido, não é nosso objetivo analisar o programa *Se Liga*. Sua abordagem foi acionada, tendo em vista nossa intenção de realizar pesquisa de campo junto aos jovens egressos do sistema socioeducativo. Por se tratar de estudo com indivíduos, alguns ainda no período de menoridade civil, além da submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa da UNIVALE, buscamos autorização formalizada junto à SUASE para acesso aos dados do *Se Liga*.

Cabe destacar que a opção em trabalhar com os jovens vinculados ao programa *Se Liga* tinha para nós um lugar importante, pois pretendíamos localizar egressos da medida de privação de liberdade que estivessem inseridos no mercado de trabalho e/ou na escola, a fim de investigarmos como se deu tal inserção. Porém, nos primeiros encontros com a equipe do Programa, detectamos que nenhum dos jovens aderidos se encontrava nestas condições.

Esse ocorrido nos surpreendeu, mas foi importante para a recondução do nosso olhar sobre as questões que permeiam o processo de reinserção social. Assim, no capítulo seguinte, apresentaremos os diálogos estabelecidos com os jovens que passaram pela medida de privação de liberdade no CSESFA, em Governador Valadares, buscando por meio da análise e discussão dos dados, compreender o fenômeno do acautelamento a partir dos significados atribuídos à experiência vivida pelos jovens.

CAPÍTULO III

4 OS SIGNIFICADOS DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: A VOZ DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Neste capítulo, conforme já explicitado, apresentaremos os depoimentos dos jovens participantes da pesquisa, buscando analisar e discutir os significados atribuídos por eles à experiência vivida na privação de liberdade.

Reiteramos que o universo da pesquisa foi identificado entre os jovens egressos da privação de liberdade vinculados ao programa *Se Liga*, no município de Governador Valadares. Como critérios para o recorte desse universo, foram considerados apenas os jovens residentes neste município e que haviam cumprido no mínimo um ano da medida de privação de liberdade (o tempo máximo da medida é de três anos).

Antes de partirmos para as entrevistas com os jovens, nossa investigação se iniciou com reuniões junto à coordenação e respectiva equipe do programa *Se Liga*, para conhecermos o trabalho realizado pela instituição e traçarmos nosso plano de trabalho. A partir dos diálogos com a equipe e por meio da leitura dos prontuários dos egressos do CSESFA, nos inteiramos da realidade de forma secundária. Esta ação foi fundamental para coletar informações sobre a vida pessoal e sobre o acautelamento, reservando para o momento do contato com os participantes da pesquisa, o diálogo focado nas experiências vividas.

Para o trabalho em campo, organizamos uma agenda prévia com o auxílio da equipe do *Se Liga*. O contato inicial com as famílias e com os sujeitos para anuência da pesquisa foi feito pela Assistente Técnico do Programa, a fim de criarmos um vínculo de confiança e adquirirmos a adesão dos participantes, visto que os jovens não nos conheciam, o que poderia ser um dificultador para o alcance dos nossos objetivos. No percurso entre ligações telefônicas e visitas *in loco*, algumas famílias e jovens não foram localizados e/ou contatados por motivos diversos, conforme demonstraremos no Quadro 01.

Quadro 01 – Localização e situação dos jovens sujeitos da pesquisa

SITUAÇÃO	TOTAL
Não localizado	6
Preso	1
Acautelado	2
Mudou de cidade	2
Não aceitou participar	1
Aderiu à pesquisa	5

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme dissemos, os dados constantes no Quadro 01 foram levantados de acordo com os contatos realizados com as famílias. Outros dados se fazem importantes para a apresentação dos sujeitos da pesquisa, conforme demonstraremos ao longo desta discussão.

Considerando o recorte temporal assumido nesta pesquisa - qual seja, jovens que tenham cumprido no mínimo um ano da medida socioeducativa, o quadro a seguir apresenta o tempo de cumprimento da medida socioeducativa. O tipo de infração não foi considerado, pois o nosso foco, independente do ato praticado, são os significados da privação de liberdade para os jovens.

Quadro 02 – O tempo de cumprimento da medida socioeducativa

NOME¹⁰	TEMPO PRIVADO DE LIBERDADE
Emanuel	2 anos e 6 meses
Jonas	1 ano e 8 meses
Elias	1 ano e 10 dias
Daniel	1 ano e 11 meses
Rafael	1 ano e 2 meses

Fonte: Dados da pesquisa

¹⁰ Trata-se de nomes fictícios para denominar os participantes da pesquisa

Conforme se pode perceber, no quadro 02, o período do acautelamento varia de acordo com o grau da infração e o processo legal impetrado pelo judiciário, sendo reavaliado a cada 6 meses, conforme determina a Lei 8069/90 (BRASIL, 1990).

Prezando pelos critérios éticos, as entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas na íntegra e os áudios foram inutilizados. Os nomes dos entrevistados foram substituídos com o objetivo de preservar a identidade dos participantes. A realização da pesquisa se deu a partir de consentimento e assinatura de termo formal, resguardando a integridade dos sujeitos. As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de agosto de 2016.

Optamos em organizar o percurso da pesquisa de campo, iniciando pelo histórico de vida dos sujeitos para situar o leitor a respeito de quem estamos falando e da realidade que permeou nosso olhar sobre esses sujeitos. Em seguida, faremos a aproximação dos depoimentos dos entrevistados, considerando o caráter dialógico adotado para interpretação dos dados. Cabe destacar que, durante a pesquisa de campo, em alguns momentos fui acompanhada pela equipe do *Se Liga*, quando se tratava de locais de difícil acesso, dentre outras questões. Em outros momentos esse acompanhamento não se fez necessário.

4.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA

EMANUEL – idade: 20 anos

Esta entrevista foi realizada na sede do programa *Se Liga*. Tão logo foi contatado o jovem se dispôs a participar. Emanuel é oriundo de uma família de baixa renda, cujo histórico de vida começa com o abandono dos pais – não foi registrado pelo pai biológico e até certa idade foi criado pelo padrasto. A mãe é usuária de drogas e se tornou moradora de rua. Ambos os irmãos (um irmão e uma irmã) têm envolvimento com a criminalidade. O irmão já esteve preso (motivo não esclarecido) e a irmã encontra-se detida por tráfico de entorpecentes. Pelo que se pode notar, a

história de vida de Emanuel tem uma estreita relação com ausências e com a criminalidade.

Segundo informou, este jovem não é usuário de drogas, porém esteve envolvido com o tráfico de entorpecentes – não sendo este o ato que o levou à privação de liberdade. Ao se desligar do sistema socioeducativo não tinha para onde retornar, momento em que foi acolhido por um tio que reside em Governador Valadares, visto que é originário de outro município, local onde cometera o ato infracional gerador e para onde não poderia retornar, devido às ameaças sofridas.

Ainda no período do acautelamento, em uma saída externa, conheceu uma pessoa com a qual passou a ter um relacionamento amoroso e teve um filho, que no momento da entrevista estava com cinco meses de idade. Quando chegou ao *Se Liga* para a entrevista, o jovem veio acompanhado pela companheira e o bebê ao colo. Em todo o tempo se mostrou tranquilo e à vontade. Com um tom de voz sereno, intercalava o diálogo com o olhar carinhoso para o filho. Habilidoso com a criança nos braços, parecia empenhado em escrever outra história de vida. Seu olhar parecia anunciar que experiência vivida no acautelamento teria dado início a uma nova história, segundo relatou: “pra mim acabou ali [...]. Pra mim o que passou ficou lá. Aqui fora já é outra coisa, outro mundo, já é outra convivência, com pessoas diferentes, regras diferentes”.

JONAS – idade: 20 anos

No primeiro contato com este jovem, agendamos a entrevista na sede do programa *Se Liga*, entretanto, por falta de condições para custear a passagem de ônibus e com a bicicleta estragada, não pôde ir ao nosso encontro. Conforme relatos da mãe, o jovem tentou arrumar uma bicicleta emprestada, mas não conseguiu. Devido às situações apresentadas, foi realizada a entrevista *in loco*.

Jonas é um jovem originário de família muito humilde e que vive em condições precárias em vários aspectos. Mora em um bairro periférico e de difícil acesso, onde parte do trajeto só é possível ser percorrido a pé. Por questões de segurança, nesta visita fomos acompanhados pela equipe do *Se Liga* (assistente

técnica e motorista), tendo em vista que esse é um território já transitado por eles e no qual são prontamente identificados pelos moradores em face do trabalho social que é realizado com as famílias dos egressos.

Sua história de vida é demarcada pela ausência paterna – pai falecido – e a mãe vive relacionamentos inconstantes, dos quais foram gerados sete filhos, estando a filha mais nova com onze meses de idade. Além de Jonas, dois irmãos tiveram envolvimento com atos infracionais. Um irmão está cumprindo medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e uma irmã está presa por envolvimento com o tráfico de drogas. A mãe encontra-se desempregada. Segundo relatos e prontuário do *Se Liga*, Jonas não é usuário de drogas.

Fomos bem recebidos naquela residência. Inicialmente pedi licença aos familiares para gravar a entrevista e mais que depressa a mãe retirou o papagaio da sala e se posicionou no quintal. Jonas chegou em casa com a irmãzinha ao colo, por sinal, muito carinhoso e paciente com a menina. Bastante educado, nos recebeu tranquilamente e não se intimidou em relatar sua experiência no acautelamento. Pareceu entristecido à primeira vista, com o olhar distante e meio ansioso ao lembrar o passado. Isso ficou muito marcado nessa fala: “Deletei tudo. A lembrança pra mim lá foi só humilhação, só o que a gente se lembra é essa humilhação.”

ELIAS – idade: 17 anos

A entrevista foi realizada em domicílio, visto que a responsável legal é a avó paterna que já está idosa. O contato e agendamento foram feitos via telefonema, sem nenhum impedimento em nos receber. Trata-se de família com condições sociais medianas, cuja residência é bem localizada e de fácil acesso.

Elias é filho único de um relacionamento casual – ambos os pais são ausentes, sendo o genitor, alcoólatra. Devido ao histórico de vida desse jovem, sua trajetória foi demarcada pela falta de regras, limites e também, pelo uso excessivo de entorpecentes. Por determinação judicial, está vinculado ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-AD – unidade de saúde especializada em atender os dependentes de álcool e drogas, em conformidade com as diretrizes do

Ministério da Saúde, que é baseado no tratamento do paciente em liberdade, primando pela reinserção social.

Foi uma visita bastante conturbada e difícil, o jovem estava muito arisco e aflito, parecia estar sob efeito de entorpecentes. Logo ao chegar à residência, fui indagada por ele. Primeiro perguntou se eu estava ali para arrumar uma escola para ele, por que a juíza havia determinado seu retorno à escola e, logo em seguida, questionou: “vai demorar? Porque minha namorada está para chegar a qualquer momento”.

A conversa foi deveras difícil, por conta da inquietude do rapaz que, a todo o momento se levantava para verificar a rua. Segundo o mesmo, na expectativa da chegada da namorada. Então era preciso retomar as falas marcadas por muitos intervalos e às vezes sinalizar que a entrevista estava por finalizar, a fim de deixá-lo menos ansioso. Durante o diálogo, na maior parte do tempo apresentava um olhar esquivante e sempre cabisbaixo.

DANIEL – idade: 18 anos

Nosso encontro com Daniel se deu em domicílio, tendo em vista que o jovem estava se recuperando depois de ter sido alvejado por tiro disparado pela polícia militar, durante fuga de uma blitz. A evasão ocorreu em razão de não ser habilitado e por estar em uma moto emprestada, segundo informações da mãe.

A família reside em um local de fácil acesso e em uma casa confortável. Este jovem é filho único que foi adotado logo ao nascer, porém a questão da adoção foi omitida pelos pais. O pai é caminhoneiro, por isso, bastante ausente em sua criação. Há um histórico de hiperatividade que foi descoberto ainda na infância, tendo sido acompanhado pelo CAPS/AD. O envolvimento com a criminalidade iniciou aos 12 anos de idade. Devido a isso, em meio a um conflito familiar, a questão da adoção veio à tona por intermédio de um tio. A mãe negou o fato e não mais retomou o assunto. De lá para cá o jovem transitou por conflitos com a lei de natureza diversa. Conforme relato, é usuário de drogas.

Assim, o histórico de vida do jovem é demarcado pela relação com a criminalidade e as perdas diante de uma juventude mesclada pelo acautelamento, o que fica evidente em sua fala, ao afirmar: “eu passei minha juventude toda preso, quer ver, desde os quatorzes anos. A primeira vez eu fiquei seis meses, a outra foi quatro, minha adolescência toda ai. Privado de brincar, ir pro shopping essas coisas ai. Fui só perdendo por causa do crime”. No momento da entrevista, Daniel se mostrou bastante receptivo, falante e agitado. Logo de início nos alertou quanto à sua hiperatividade e impulsividade.

RAFAEL – idade: 19 anos

Esta entrevista foi realizada na sede do *Se Liga*. O contato com o jovem foi feito via telefone e tão logo acionado, foi ao nosso encontro. Cabe destacar que Rafael é fruto de um relacionamento casual. Filho mais velho, possui dois irmãos por parte materna e mais dois por parte de pai. A mãe trabalha fora e o padrasto emigrou para os Estados Unidos. Não há histórico de envolvimento com a criminalidade na família.

Segundo informações, a mãe do jovem sempre se mostrou proativa em relação às suas atitudes, lutando para que ele se desvinculasse da criminalidade provocada pelo uso de entorpecentes, porém, segundo depoimento, não está mais fazendo uso de drogas e nem mesmo de cigarros. Este jovem apresenta grandes dificuldades de aprendizagem escolar, o que, por conseguinte o levou à evasão.

O entrevistado se mostrou muito empenhado em participar da pesquisa. Durante todo o diálogo, tive a impressão de que aquele jovem tinha a necessidade de externar um sentimento de culpa, desmedido por ter decepcionado a sua mãe e seus familiares. Em todo tempo, insistia em repetir que a família dele estava muito decepcionada com aquela situação, conforme afirmou: “Se eu queria ficar na mesma vida, se eu ia querer ver minha mãe todo sábado chorando na visita”. Ao se expressar, Rafael ficava ansioso como se as palavras fossem lhe escapar da mente, sempre me olhando nos olhos e firme em suas afirmações. Repetidamente dizia “eu falo mesmo”.

Esses são os jovens que se tornaram sujeitos da nossa pesquisa. Buscamos, por meio do diálogo com os participantes, compreender as experiências adquiridas na privação de liberdade e os significados do território vivido por eles. A partir das concepções territoriais, isto é, das multiterritorialidades vivenciadas no acautelamento, pretendemos perceber como se dá a condição juvenil, a (re)construção das identidades no acautelamento e as possíveis contribuições da medida socioeducativa no processo de reinserção social.

4.2 AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO ACAUTELAMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Conforme anunciamos, a presente discussão será tecida à luz dos estudos territoriais propostos para este trabalho. Por meio dos relatos dos sujeitos da pesquisa, recorreremos à perspectiva do narrador, isto é, do sujeito da história. Pretendemos estabelecer um diálogo com os jovens que permita compreender que significados atribuem ao que viveram durante o acautelamento, para o processo de reinserção social.

Considerando a importância da interpretação do próprio fenômeno em si, isto é, a observação/análise da prática e das experiências cotidianas dos sujeitos, a leitura das falas, dos gestos e/ou dos silêncios torna-se, para além de mera descrição, uma construção de sentidos, ao valorizar os sujeitos constituídos de historicidade e de sentimentos, situados no tempo e no espaço social. Tal recurso comunga com a abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa, ao mergulhar no mundo dos significados, ações e relações humanas.

Acrescente-se que a abordagem qualitativa adotada, coaduna com o percurso deste estudo, que iniciou com a exploração da realidade vivida pelos jovens ainda no acautelamento, quando da minha participação no projeto de pesquisa (JED), realizado no CSESFA, o que possibilitou a observação e interação com a realidade vivida pelos sujeitos naquele contexto.

Passaremos agora à análise dos depoimentos dos jovens entrevistados, cujas categorias utilizadas no roteiro das entrevistas semiestruturadas serão acionadas para orientar as discussões, a fim de explorar os aspectos que dizem

respeito às vivências e experiências diversas no acautelamento, conforme elencado a seguir:

Categorias de análise:

I – Relações sociais no acautelamento: regras institucionais e de convivência

II – O processo socioeducativo: entre educação e socialização

III – Contribuições da família na ressocialização dos jovens

IV – Significados do acautelamento

Na busca para compreender os significados da privação de liberdade na percepção dos jovens, entendemos que o cotidiano vivido por eles, sendo constituído pelas relações sociais estabelecidas no espaço socioeducativo, propicia a construção de múltiplas territorialidades. Estas relações, conforme serão evidenciadas, em seguida são marcadas por conflitos diversos, compreendidos pelo exercício de poder instituído e entre os pares. Tais momentos alternam reflexões, sentimentos e ansiedades que constituem as territorialidades dos sujeitos no acautelamento.

Ao longo dos diálogos com os participantes da pesquisa, muitos sentimentos e emoções fluíram das experiências no acautelamento. Por certo, ser jovem numa situação peculiar como a do acautelamento não é um desafio simples. Inicialmente, chamaram a atenção os impactos sentidos diante da nova realidade imposta aos sujeitos no espaço socioeducativo. Longe da família, dos amigos e do antigo território, segundo os entrevistados, aquele foi um processo árduo, entremeado por conflitos e ansiedades, cuja convivência é marcada pelo delineamento espaço temporal das regras institucionais e pela convivência com os diferentes.

Nesse sentido, os jovens concordam que ao ingressar no sistema socioeducativo, o primeiro sentimento foi de revolta, de medo, de estranheza, de solidão e, com o passar do tempo, esses sentimentos foram se transformando em reflexões, assimilação de regras de convivência no interior do sistema socioeducativo e para a vida social de modo geral.

4.2.1 Relações sociais no acatamento: regras institucionais e de convivência

As relações sociais no acatamento são significadas de formas diversas pelos jovens, porém todos os participantes concordam que são complexas. A maioria considera a privação de liberdade como uma clausura, face aos limites espaço-temporais demarcados pelas regras institucionais, seja pelo espaço físico ou pelo controle do tempo das ações, das atividades e especialmente, pelo aprisionamento nos alojamentos, ou seja, o tempo vivido no mesmo lugar, conforme os seguintes relatos:

[...] tem horário pra tudo, tem regra pra tudo. Tudo que você for fazer precisa de autorização de agente. Tudo cê tem a dependência deles. Tudo na hora deles, na hora que eles quer. Cê pode ta morrendo lá, que se ele falar que não vai te levar cê vai morrer lá. Por que tudo depende dele, pra abrir as celas, pra tudo. Você depende da unidade pra tudo. Você depende de agente pra tudo. (Rafael)

[...] dá muita saudades daqui de fora, de ver um pouco da natureza, porque lá dentro você olha pro lado e você só vê muro, tudo amarelo. Aí com a gente lá dentro a gente se antenou para o que é bom e pra o que é ruim. (Jonas)

Assim, eu não queria mais viver aquilo ali, eu não queria andar no mesmo lugar, eu não queria ficar só naquele pedaço ali dentro, eu queria a minha vida, eu queria viver, andar, ir pra onde eu quero, conversar com quem eu quero (Emanuel)

Para além dessas questões, é preciso considerar, de acordo com Stecanela (2012, p.186), que “o tempo do confinamento é transversalizado pelo antes e pelo depois, fica espremido entre ambos e, na maior parte das vezes, é um tempo estendido que demora a passar”. Nisto, percebemos a dinâmica territorial por meio das temporalidades que constituem os sujeitos e os prováveis desafios de vivê-las em contexto tão peculiar. Neste sentido, entendemos que o acatamento se institui não somente no plano material, da estrutura física e seus contornos, mas também, no plano simbólico, especialmente pelos sentimentos e significados que o compõem e marcam a experiência humana naquele contexto.

Com relação às vivências cotidianas, é recorrente nas falas dos entrevistados que há uma relação de troca na privação de liberdade, visto que os benefícios como as saídas externas, o percorrer pelos corredores dos alojamentos,

dentre outros, somente são alcançados por meio do bom comportamento, por isso, é fundamental “ficar de boa” (fala dos participantes). Com relação às regras institucionais, foi feita a seguinte explicação:

Dentro do sócio, lá dentro da unidade, não podia chutar, não podia gritar durante a noite e não podia fazer nenhum tipo de bagunça, e também respeitar os agentes mesmo que eles tratassem a gente com falta de respeito nós tínhamos que obedecer, porque senão vinha comunicação, aí a gente ganha tranca, aí a gente ficava trancado no alojamento e assim por diante. (Jonas)

Além disso, o participante ratificou e demonstrou em vários momentos de sua fala que a obediência às regras seria o melhor caminho para a liberdade, e procurava conscientizar os colegas que obedecer às regras seria um ganho. Seguindo os conselhos da mãe, o rapaz, como que ouvindo uma voz interior, falou:

fiquei escutando a minha mãe falar “Jonas não faz isso, porque vai prejudicar”, aí eu peguei e não fazia, ficava de boa [...]

[...] ô moço todo mundo já caiu aqui, a gente não sabe o que você passou, você não sabe o que a gente passou. [...] Então se você quer continuar aqui de boa, pagar a sua medida de boa, evite bagunça, fazer barraco, evitar ficar respondendo o agente (Jonas)

[...] quando você for no atendimento você fala que você está querendo ver sua família e vai conversando e dialogando com as pessoas lá fora. (Jonas)

Observa-se a estratégia dialógica apontada no depoimento acima: “vai conversando e dialogando” que reforça a relação de troca estabelecida na medida socioeducativa, pelo exercício de poder entre a instituição e os sujeitos acutelados, apesar dos abusos sofridos, conforme o relato “mesmo que eles tratassem a gente com falta de respeito nós tínhamos que obedecer”.

Eu tinha bom comportamento ai eles me deixavam mais solto, aí eu fazia curso também aqui fora, ia na igreja, eles deixavam eu andar um pouquinho lá [...] pra ir embora mais rápido também neh! Ajuda! (Daniel)

com o tempo eu fui melhorando meu comportamento, eles me tiravam pra ajudar ela na lavanderia (Rafael)

bom comportamento aí, tem que tá de boa [...] não fazer nada de errado, pagar sua cadeia, pagar a cadeia assim tranquilo, sem aprontar, sem chutar chapão [...] (Elias)

Neste sentido, foi possível perceber na conversa com participantes um consenso quanto à obediência às regras. Segundo Foucault (2009), a disciplina é um tipo de poder, ou seja, ela se mostra como:

[...] uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física”, ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 2009, p. 203)

Corroborando com o autor, a disciplina tem o poder de provocar um tipo de sujeição a um comando e, como estratégia, coíbe e domestica os corpos, tornando-os aptos ao convívio social. Essas relações de poder exercidas no interior da medida socioeducativa têm estreita relação com as concepções territoriais, o que é ratificado por Saquet (2003), ao mencionar que:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. (SAQUET. 2003, p. 24).

Neste sentido, na privação de liberdade materializam-se essas relações sociais (nelas contidas as relações de poder), por meio das quais os sujeitos têm cerceado o direito de ir e vir, inclusive dentro dos muros socioeducativos, considerando que a maior parte do tempo é vivida nos alojamentos, em que as identidades são forjadas pelo silêncio, onde palavras são comedidas, discursos são moldados e gestos são transformados em códigos linguísticos, dentre outros.

Tais considerações nos levam a coadunar com o anunciado na obra de Foucault (2012) – Vigiar e Punir – pois o que nos parece é uma conformação dos corpos diante de uma constante negação de direitos aos jovens em expressar suas subjetividades no território demarcado pelo exercício do poder nas (e pelas) relações cotidianas, também entre os pares.

Os jovens territorializam as relações de poder entre eles, além de outras questões, nos modos de chamar a atenção da equipe técnica, por meio da desordem. Na fala deles, seria “chutar o chapão”, isto é, a porta de ferro, provocando muito barulho. Além de chamar a atenção, esse comportamento tem por função demonstrar um tipo de indignação ou de reação às regras institucionais.

Nos depoimentos, há divergências e convergências a este respeito, pois para alguns, isso ocorre não só para despertar a atenção, mas também para causar tumulto, enquanto que para outros participantes, seria uma expressão de uma dor ou de uma revolta. A questão é evidenciada nos seguintes depoimentos:

Geralmente, muitas vezes você quer chamar atenção de um agente, porque eles não querem atender né ou demora demais, ou às vezes até uma pessoa que é bagunceira mesmo quer chutar a toa aí acaba chutando (Emanuel)

[...] tipo assim, muita gente que chuta a porta é porque passou por algum motivo aqui fora com a família, aí tipo assim, quando acontece alguma coisa com a família da gente aqui fora, eles não falam pra nós. Eles esperam passar pra depois falar, aí isso prejudica nós e prejudica eles também, porque prejudica? nós não ficamos sabendo de nada aqui fora e pra eles porque eles vão ficar tolerando chute até certas horas pra aí ele tentar acalmar e acabar. (Jonas)

[...] eu que acabei aprontando, aconteceu um negócio com a minha família aqui fora que perturbou muito com a minha mente [...] minha tia que tinha falecido e isso perturbou muito a minha mente, ter perdido a minha tia lá dentro. Então isso mudou a minha volta, acabei bagunçando (Rafael)

Numa generalização sobre as vivências no acautelamento, surgiu o seguinte comentário: “[...] tudo lá é ruim. Eu não tenho palavras pra falar o que é, eu só sei que tudo era ruim pra mim [...]” (Rafael). Neste sentido, cabe reforçar que o não dito – não ter palavras – também é uma forma de dizer e de se expressar. Assim, quando as palavras são suprimidas, dão lugar a sentimentos e memórias expressas no interior do próprio ser (ORLANDI, 2005). Somente quem vivenciou consegue ter a dimensão daquela experiência.

Ao serem indagados sobre as relações interpessoais com o corpo técnico, os jovens atribuem significados que deixam transparecer duas imagens sobre os profissionais, mais especificamente sobre os agentes socioeducativos, que lidam cotidianamente com eles. Uma imagem do servidor respeitoso e a outra de desrespeitoso, o que de modo algum, queremos ratificar como verdade absoluta.

Relatos que apresentam a imagem de profissionais respeitosos:

Tinha agente lá que chegava e dava bom dia, conversava com você, cumprimentava todo mundo e te ajudava em tudo. [...] E tinha uma agente feminina lá que eu conversava também com ela. (Rafael)

[...] tem uns agentes lá que é humilde sabe conversar com você, sabe respeitar os outros, sabe tratar as pessoas, sabe tratar o ser humano. [...] têm uns que eu não tenho nada reclamar deles não (Daniel)

[...] Tinha uns agentes que não era folgado (Jonas)

Tinha um agente só que eu esqueci o nome dele, eu gostava muito dele, era muito gente boa. (Emanuel)

Relatos de imagens de profissionais desrespeitosos

Ah muita humilhação que eles fazem com a nossa cara. Ficam zombando “ih, seus otários, ces tão presos aí daqui a pouco eu tô indo embora”. [...] Eu to lá dentro pra pagar minha medida, não pra apanhar dos outros. [...] tinha agente lá que falava “ah, eu não gosto de vagabundo, não gosto disso, ladrão tem que morrer”. Entao isso criava uma revolta (Rafael)

Mas tem outros que acha que por que você já foi preso tem que tratar como animal entendeu? Ai eles pede pra fazer uma coisa ai você fala há não vou fazer isso não, tem uns agente mesmo que fica provocando a gente pra bagunçar, tem uns que é bom e outros que são ruins (Daniel)

Ah tinha uns que eram folgados aí eu tinha que tolerar. (Jonas)

Considerando os depoimentos apresentados acima, indicamos a necessidade de estudos futuros que possam contribuir para a compreensão da prática profissional na privação de liberdade, visto que esta pesquisa não comporta tal análise. Em tempo, tais reflexões são um ensejo no sentido de demonstrar que as experiências vividas pelos jovens no acautelamento são marcadas por enfretamentos e desafios diversos, conforme salientado por Haesbaert (2004, p.2): “[...] como “espaço-tempo-vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”.

É oportuno ressaltar que as questões apresentadas até aqui apontam para as fragilidades na aplicação da medida socioeducativa – como território que reproduz violências (materiais e simbólicas) expressas, muitas vezes pelo desrespeito e pelo exercício do poder, levando os sujeitos a viver uma tensão entre a obediência às regras e o ímpeto em querer revidar os abusos e as humilhações sofridas, conforme os relatos a seguir:

O dia que eu baguncei mais foi o dia que o agente colocou a mão em mim, ele veio pra me bater eu fui pro lado dele também. Só por que ele é grande ele não é doido, só por que ele é agente ele não é doido. [...]. Eu não sou bobo. Ele não é meu pai, não é minha mãe. Eu to lá dentro pra pagar minha medida, não pra apanhar dos outros. (Rafael)

só o que a gente se lembra é essa humilhação dos agentes falando e você não podia responder, você não podia fazer nada, você tem que aguentar calado. (Jonas)

Percebemos também a rotulação dos jovens no acautelamento pela reprodução de estereótipos construídos pelo senso comum, quando os participantes relatam que por vezes são denominados por alguns profissionais como “vagabundos” – “marginais” e “bandidos”. Esta situação demanda uma atenção especial no sentido de se produzir um novo olhar sobre os jovens enquanto sujeitos sociais e de direitos, o que leva a concordar com Pais (2004), que afirma:

Os jovens são o que são, mas também são (sem que o sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam. Esses mitos não refletem a realidade, embora ajudem a criar. O importante é não nos deixarmos contagiar por equívocos conceptuais que confundem a realidade com as representações que dela surgem. (PAIS, 2004, p. 11).

Consoante ao autor é preciso volver o olhar para jovens em situação de conflito com a lei, não como problema social, como que uma naturalização ou um atributo, mas como sujeitos situados numa dada realidade social, que tem uma história de vida, que são diferentes e tratados como iguais pela sociedade, desprezando suas singularidades, necessidades e anseios. É preciso abandonar a velha visão enraizada pelos discursos sociais e neutralizar quaisquer rotulações sem fundamento.

Prosseguindo com o nosso diálogo, dentre os relatos, o sentimento de Daniel em relação às experiências vividas no acautelamento trouxe uma definição muito interessante:

Lá é muita pessoa desacreditando da sua fé, ainda tem os agentes que ficam provocando, parece que lá nada da certo. [...] você fala que quer mudar de vida hoje ai vai, ai acontece algo com você de errado, aquele lugar lá parece que é fechado. (Daniel)

Por meio desse depoimento, percebemos a dimensão simbólica do território, ressaltada pelo caráter negativo das experiências vividas pelos sujeitos que é reforçado na seguinte afirmação: “um espírito ruim que tinha lá dentro, cê sentia que era um espírito ruim”. (Rafael)

Quando questionados a respeito do que menos gostavam na privação de liberdade, todos afirmam que é ficar “preso” (grifo nosso) nos alojamentos. É oportuno destacar que pelo discurso dos jovens, em vários momentos, é possível

perceber muitos elementos que remetem ao aprisionamento adulto. Ao longo dos diálogos, nos deparamos com códigos linguísticos e termos que fazem alusão à lógica do sistema prisional, tais como: “pagar cadeia”, “prisão”, “cela”, “preso”, dentre outros.

Quanto aos códigos linguísticos, estes são um meio de se comunicar naquele contexto, com o fim de manterem o diálogo sem interferências da instituição, conforme o seguinte relato: “[...] os códigos neh! Esses códigos ai eles falam que tipo assim, quando vocês quiserem falar um trem é para os agentes não escutar [...] eles não vão gritar eles vão escrever que é pros agentes não escutar.” (Daniel)

Perguntamos aos entrevistados quem criou tais regras e códigos que eles utilizam. Conforme relatado pela maioria, a resposta mais imediata foi que elas já existiam e que são um modo de conviver naquele contexto. Há também códigos de conduta preestabelecidos como: não “xisnovar – canguetar – pilantrar”, que são sinônimos de não delatar os colegas, além da intolerância em caso de infrações consideradas por eles como gravíssimas. O que também reforça a lógica prisional, assim, percebe-se múltiplos territórios inaugurados no acautelamento, ocasionados especialmente pelas relações sociais estabelecidas naquele contexto.

Concordando com Moscovici (1978), estes modos de se comunicar são construídos a partir de uma dada realidade, sendo a inserção social possibilitada por sua aceitação, cujos jovens acabam por naturalizá-las em seus discursos – visto que a finalidade de toda representação é tornar algo não familiar em familiar. Por certo, os códigos ou as regras se aproximam da lógica da cadeia, tendo em vista as representações sociais do senso comum, que são reforçadas pelos modos de organização da estrutura física, assim como o aprisionamento adulto, com as grades - os muros altos - os banhos de sol - as algemas e as “trancas”, definidas como os castigos, dentre outros.

Ainda, em relação ao cotidiano entre os jovens, considerando que são levados a compartilhar os espaços diversos, principalmente dos alojamentos, conforme relatado, essa relação por vezes se torna conflituosa, devido aos choques de interesses e de identidades, pelas diferenças culturais, modos de vida e costumes, além da incompatibilidade de gêneros, dentre outros.

Neste sentido, a condição juvenil no contexto da privação de liberdade é marcada por muitos desafios. Há que se considerar, de acordo com a sociologia da juventude, que constituir-se jovem como uma construção social, isto é, – como modelo idealizado socialmente - é uma experiência difícil, principalmente num contexto de relações complexas e que muitas vezes não propiciam o protagonismo juvenil.

4.2.2 O processo socioeducativo: entre educação e socialização

4.2.2.1 Relação com a escola

A experiência vivida na privação de liberdade, como foi dito, é demarcada pela organização espaço temporal que é intercalado entre o território da escola formal – das atividades sistemáticas – atividades informais e dos raros momentos de entretenimento e socialização – em que, vez ou outra, os jovens expressam a sua cultura e modos de ser, seja por meio da música, do artesanato, oficinas, dentre outros.

A respeito da relação dos jovens com a escola do CSESFA, inicialmente apresentaremos no quadro 03, o nível de escolaridade dos entrevistados e, em seguida, uma discussão dos relatos sobre este assunto:

Quadro 03 – Nível de escolaridade e idade dos participantes

NOME	ESCOLARIDADE	IDADE
Emanuel	1º ano - Ensino Médio	20
Jonas	9º ano - Ensino Fundamental	20
Elias	7º ano – Ensino Fundamental	17
Daniel	2º ano – Ensino Médio	18
Rafael	7º ano – Ensino Fundamental	19

Fonte: Dados da pesquisa

Como é possível perceber no quadro acima, alguns jovens egressos do sistema socioeducativo possuem baixo nível de escolaridade e grande distorção

idade/série, sendo os participantes Elias e Rafael os que apresentaram maior defasagem neste nível.

Para nos inteiramos sobre a relação dos participantes com a escola no período do acautelamento, inicialmente, foi indagado como eles a consideram naquele contexto. Fica demarcado nas falas que a escola, modo geral, é bem conceituada por todos, ao se expressarem da seguinte maneira:

Boa, muito boa (Elias)

É, uma escola boa. (Rafael)

A escola lá é boa, eu não tenho nada que reclamar não. Os professores são bons. (Daniel)

Escola sempre é bom (Emanuel)

Ah, da para aprender um bocado (Jonas)

Apesar de o nosso ordenamento jurídico atribuir um caráter predominantemente pedagógico à aplicação da medida socioeducativa, ao ensejar que: “na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (ECA/1990 - Art. 100), alguns dos jovens entrevistados afirmaram que a maior parte do tempo no acautelamento é vivida dentro dos alojamentos, conforme os depoimentos abaixo:

Quando não tinha escola ficava dentro da cela [...] De uma as cinco. Ai depois das cinco era só alojamento. Depois da escola. (Rafael)

Da escola pro alojamento, do alojamento pra escola, escola, alojamento (Jonas)

la pra escola de manhã e o resto tudo no alojamento. (Emanuel)

Só saia pra escola e quando chamava pra medicação, atendimento com a técnica, só isso mais nada, de resto só cela. (Elias)

As considerações acima nos remetem a Haesbaert (2007, p. 20-21) que adverte que todo território, seja em qualquer sentido, é dotado de poder, isto é [...] “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao

poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. Na privação de liberdade, o poder concreto de dominação é expresso pelo cerceamento característico da medida socioeducativa, já no sentido simbólico, remete às marcas do vivido territorial, o estar preso e ao sentimento da perda da liberdade.

Cabe destacar que o diálogo com os jovens aponta para divergências de interesses em relação à escola, conforme evidenciado nas falas dos seguintes entrevistados:

Pra falar a verdade eu não gosto de escola. Eu falo a verdade. Eu gosto não. Eu estudo por obrigação. (Rafael)

[...] assim todo dia eu ia, comparecia. [...] os alunos fazia muita bagunça eu nem reparava muito não eu só dormia. Os professor falava mesmo eu só aprendia um pouquin de coisa. Mas eu não lembro de muito mais não. (Elias)

Já para Emanuel, mais do que sair do espaço do alojamento, o tempo na escola se apresentava como uma oportunidade de aprendizagem. Apesar das dificuldades encontradas em sala de aula, ele afirmou que:

Escola sempre é bom, mas alguns adolescentes não deixa a gente prestar atenção. Eu mesmo gostava de prestar atenção, de ir lá e perguntar um dos professores. Só que alguns adolescentes atrapalharam, faziam bagunça, não deixava o professor passar matéria. (EMANUEL)

Depreendemos que sair do alojamento para a escola é uma forma de vivenciar outras territorialidades, neste caso, de estudante, de colegas de turma, alternando entre momentos de aprisionamento e escolarização. Este movimento é percebido por vezes como um refúgio, uma fuga das tensões e ansiedades provocadas pelo ócio, ou seja, do tempo que não passa nos alojamentos:

[...] deixava nos quietinhos lá, sossegado pensando na vida (Rafael).

[...] a escola que equilibrava um pouco a mente, porque nos ia pra lá horário normal. Igual horário de escola. (Daniel)

Além dos problemas (acima) apontados por Elias e Emanuel, como a indisciplina dos alunos, é importante atentar também para a observação feita por Daniel, ao destacar as limitações que se apresentam no processo de ensino e aprendizagem no acautelamento: “Lá não tem livro. Por que não pode distribuir livro,

não pode levar para o alojamento. Vamos supor, tem gente que é difícil de pegar as coisas mas tem gente que é esperto.” (Daniel)

Como possibilitar uma aprendizagem significativa sem os meios possíveis para o engajamento dos jovens na escola, pelo prazer, pelo querer? É oportuno destacar que a escola não deve ser concebida como depósito de pessoas, pois vemos a educação como um processo de construção dos sujeitos, que significam suas próprias histórias de vida por meio da realidade que os cerca. De acordo com Freire (1997):

Os educandos, embora tenham uma percepção da realidade fundamental, carecem de um conhecimento mais integrador sobre esta mesma realidade. (...) Quando conhecemos algo, não só estamos nos encontrando com a realidade, mas também estamos pondo em jogo um sistema de representações que nos faz perceber quem somos nós aprendendo. Nos faz perceber também se nossa palavra tem vez ou não, se só tem vez a palavra do outro e não a nossa. O processo de educação pretende ser uma possibilidade de confronto dos modelos internos do aprender, [...] significa questionar nossa identidade como atores sociais em uma prática específica. (FREIRE, 1997, p.16)

A assertiva de Freire (1997), no nosso entendimento, faz emergir o sentido maior da educação no contexto privativo de liberdade, a transformação, conscientização e apreensão de direitos e deveres sociais através do saber construído pelo próprio sujeito ao ser remetido à realidade vivida. Nesse sentido, torna-se urgente, primeiro, situar que estamos falando de sujeitos plurais, com tempos e modos diferentes de aprender e de conceber o mundo ao seu redor, cujas singularidades devem ser consideradas no processo das aprendizagens.

Tendo em vista que o contexto privativo de liberdade influencia sobremaneira na construção do projeto de futuro e, especialmente na formação das identidades, a escola, somada a programas e políticas públicas que promovem o engajamento social, torna-se parte essencial no processo de ressocialização dos sujeitos. Porém, do modo como foi dito pela maioria dos participantes, a escola é acionada como uma obrigação, a cuja frequência se configura como uma determinação e muitas vezes não como um desejo:

[...] eu comparecia (Elias)

[...] é obrigado a sair pra escola” (Daniel)

[...] eu estudo por obrigação (Rafael)

Analogamente, os estudos de Foucault (2012) a respeito da educação no sistema prisional são pertinentes para esta discussão, pois, é possível perceber que a lógica não muda muito em relação ao sistema socioeducativo, quando o autor reitera que na prisão “a educação do detento é por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para o detento” (FOUCAULT, 2012, p.224).

Para que essa lógica apresentada por Foucault seja amenizada, é importante considerar, ainda, as contribuições de Freire (2003, p. 14) ao nos alertar que “o homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela”. Para a efetivação desse processo, reiteramos que é preciso refletir os modos como a escola tem sido concebida pelos sujeitos que dela participam, considerando a peculiar condição de aprendizagem, para que a educação possa ser protagonizada por seus atores.

4.2.2.2 Socialização e qualificação profissional

Quanto às atividades informais – como as oficinas e outras práticas, pôde-se perceber que tais vivências possibilitam acesso à experiências ligadas ao entretenimento; à música; a arte culinária; fazer coisas diferentes da rotina; conversas informais; a convivência com pessoas diferentes, a interação e etc.

Ah, porque eu acho assim, era um ambiente que a gente esquecia que a gente tava preso, a gente esquecia de tudo. Ali a gente convivia e era como se fosse uma família. (Emanuel)

Na aula de culinária era bom, porque era um descanso pra mente. Esquecer um pouco de ficar dentro da cela [...] (Rafael)

Era o que tinha de diferente, sair do alojamento e assistir filme, sair do alojamento é diferente neh não? (Daniel)

Tinha oficina de... não tem quando a gente faz bolo, é pão de queijo, culinária... É foi bom eu saia dos alojamentos né que era bom né (Elias)

Dentre os relatos (abaixo), percebemos que os jovens Jonas e Emanuel se referem às aulas de música e ao agente socioeducativo (professor voluntário) com empatia. Essas aulas são uma oportunidade de expressão cultural, por meio dos

ritmos e dos sons, cujo nome da banda, propositalmente, evoca um desejo comum entre os jovens, ao ser denominada por Som da Liberdade:

Lá ele é agente, aqui fora ele é músico, tem a banda dele, aí quando ele faz uma coisa que pode levar pra nós lá. Ele falou que tem a banda evangélica e quer mostrar pra nós o seu melhor pra gente ter um futuro lá fora (Jonas)

[...] aí eu pensei esse agente tem uma consciência boa. Ele é maneiro, aí eu participava (Jonas)

Ali a gente começava a ter muitas ideias pras coisas. Aí, quando a gente tinha uma ideia, passava pro professor e, quando a direção queria, a gente conseguia fazer alguma coisa. (Emanuel)

Todo o tipo de música: pagode, evangélica. Era uma música assim, a gente cantava uma música com ritmo de pagode, às vezes cantava música evangélica no ritmo de pagode. (Emanuel)

Desse modo, é evidente, por meio dos relatos, que na privação de liberdade, os jovens transitam por múltiplos territórios, conforme destacado acima, vivenciando em concomitância, territorialidades diversas, alternando, no plano simbólico, entre liberdade e aprisionamento no espaço vivido (HAESBAERT, 2009).

Com relação à qualificação profissional realizada ao longo do acautelamento, alguns participantes fizeram menção à descontinuidade e fragilidade das atividades propostas:

[...] na mesma época que ele chegou e falou que ia ter curso de corte cabelo, de pedreiro, de eletricista, um monte de curso. Aí pegou e acabou que não teve nada. (Jonas)

[...] era muito difícil ter a pessoa lá pra dar oficina [...] não terminei o curso de garçom porque o professor não ia e aí quase não tava tendo. (Emanuel)

[...] não são esses cursos bobos não, são esses cursos que a pessoa já sai tendo um currículo, tendo um diploma, um curso que já pode sair e procurar um emprego. Pra não dar tempo de ficar aqui fora e ficar parado aqui não, por que se ficar parado é problema. (Daniel)

Nos raros momentos de brincadeiras e diversão, como jogar bola, ping pong, assistir televisão e outros, os entrevistados demonstram o prazer que isto proporciona, porém, destacam que são por um curto período de tempo e que também dependem do bom comportamento e do que é ditado pela instituição. Nisto, vemos que a condição juvenil é vivenciada de forma precária, sob tensão e marcada pelo domínio institucional.

4.2.3 Contribuições da família na ressocialização dos jovens

Quanto ao relacionamento familiar, este é possibilitado, normalmente por um telefonema, uma vez por semana e com duração de 10 minutos – condicionado pelo bom comportamento e, com uma visita semanal, sendo os encontros condicionados às regras próprias do sistema socioeducativo. Porém, o que demarcou as falas dos jovens foram as regras entre eles. Como quase que um ritual, o momento da visita é de comunhão, de respeito, sendo evidenciado nas seguintes falas:

[...] é, igual ao dia de visita que você não pode colar na ventana [...] Cê tem que ficar lá dentro lá. Não pode observar nada, olhar nada.. Não pode chegar pra conversar direito se a porta da cela tiver aberta, porque todo dia lá tem no corredor uma empresa ajudando a gente, e se tiver aberto ele não pode ficar no corredor, tem que ficar dentro da sala..Cê não pode fazer bagunça no dia de visita (Rafael)

Não ficar olhando visita dos outros, falando dos outros, chamar os outros e não ficar reparando [...] (Elias)

As vivências com a família são lembradas por todos com satisfação, segundo relatado: “o dia da visita lá é o melhor dia” (Daniel). Sendo alternadas entre as lembranças de casa, nostalgias e as vezes de tristeza pelo choro da mãe, pelo olhar dos familiares, num misto de sentimentos, e por fim, pela despedida. A este respeito, com os olhos marejados, Rafael traduz um pouco desses sentimentos, que também foram expressos pela maioria dos entrevistados, ao afirmar que:

Um dos melhores momentos lá dentro, porque eu sei que chegava o dia de sexta eu já começava a ficar ansioso porque eu sabia que minha mãe não faltava então isso era um momento em que eu ficava ansioso, de ver meus irmãos, ver como é que tava... Sei lá, abraçar minha família. É difícil expressar isso por palavras (Rafael)

Ressaltamos que os vínculos familiares são de extrema importância para a formação identitária e cidadã dos jovens em situação de conflito com a lei, sendo um direito assegurado no processo de ressocialização, conforme preconizado pelo SINASE:

A participação da família, da comunidade e das organizações da sociedade civil voltadas a defesa dos direitos da criança e do adolescente na ação socioeducativa é fundamentada para a construção dos objetivos da medida

aplicada ao adolescente. As práticas sociais devem oferecer condições reais, por meio de ações e atividades programáticas à participação ativa e qualitativa da família no processo socioeducativo, possibilitando o fortalecimento dos vínculos e a inclusão dos adolescentes no ambiente familiar e comunitário dos adolescentes para que em conjunto – programa de atendimento, adolescente, e familiares- possam encontrar respostas e soluções mais aproximadas de suas reais necessidades. (BRASIL, 2006, p.55)

As visitas externas, realizadas ao longo do processo de ressocialização, também marcam sobremaneira a vida dos jovens. Ao relembrem algumas experiências, é perceptível, por meio da fala de dois dos entrevistados, um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que tais encontros propiciam o afago da família, saborear a comida da mãe, estar em casa, matar a saudade, se mostra, como uma perda, quando do retorno à unidade socioeducativa. Esse momento é representado da seguinte forma:

Nossa foi bom demais, a gente vem almoçar, come comida boa e quando chega lá dentro olha aquela comida, também bate aquela saudade. Do tempo lá que nós vimos a família, aí fica ruim pra nós, aí já bate uma revolta e nós temos que ficar quieto e comportar mais ainda. (Jonas)

Nem quando eu tinha saída era bom pra mim, por que eu sabia que ia ter que voltar pra lá, né? Igual o dia que eu vim na minha casa. Eu vim já sabendo que eu ia voltar. Nem isso era bom pra mim. Nem o momento que eu passei com a minha família dentro da minha casa foi bom pra mim. (Rafael)

Diante dessas constatações, é possível notar que, durante o acautelamento os jovens continuam a acionar o território da vida familiar, concreta ou simbolicamente. Conforme afirma Haesbaert (2009), não há um abandono do antigo território e nem tampouco sua sobreposição, mas há um fluir de uma experiência nova, na qual convergem múltiplas territorialidades, todas (con)vivendo ao mesmo tempo e provavelmente elas foram transformadas naquele contexto, porém não destruídas e nem abandonadas por completo, como veremos a seguir.

4.2.4 Significados do acautelamento

é muito ruim ficar preso porque a mesma coisa do passarinho, você coloca um passarinho na gaiola aí você vê ele cantando

ali mas ele não está cantando, ele tá querendo ir embora e nós sente a mesma coisa (Jonas)

O sentimento expresso pelo jovem Jonas partiu da nossa indagação de como seria para ele viver um tempo da juventude na privação de liberdade, como foi viver tal experiência? A resposta traduz bastante os sentimentos que emergiram deste estudo, no qual falamos de um território carregado de marcas que rotulam os sujeitos.

Diante das experiências relatadas pelos jovens, indagamos então, quanto aos significados da privação de liberdade para eles e para melhor detalhamento desse assunto, organizamos as falas dos participantes no quadro a seguir, buscando evidenciar tais significados que foram detectados nos diálogos tecidos.

Quadro 04 - Extratos dos significados sobre o acautelamento segundo os jovens

Entrevistado	Relatos de experiências positivas	Relatos das perdas	Significados atribuídos às experiências
Daniel	<p>Tem que ajudar as pessoas, nem tudo é a hora que você quer entendeu? [...] tem que esperar.</p> <p>eu conversava muito com a psicóloga neh, ela me instruiu no tempo que eu fiquei lá. Ela falava muito pra mim esperar que eu sou muito hiperativo.</p>	<p>Fui só perdendo por causa do crime, privado de brincar, ir pro shopping essas coisas aí.</p> <p>[...] eu perdi a confiança da minha família, vamos supor se fosse pra eu crescer de vida podia ter crescido ter um trabalho.</p>	<p>Aprendeu a esperar, a conviver com a hiperatividade e exercitar a paciência</p> <p>Perdeu experiências com o brincar, passear, ter confiança da família e trabalhar.</p>
Elias	<p>Não compensa de viver na vida do crime, porque só dá problema</p> <p>[...] eu refleti, que o crime não compensa, isso aí todo mundo sabe.</p> <p>Só dor de cabeça e cemitério, só isso. Só os desacertos, só é desgosto pra família</p>	<p>Não trouxe nada, eu saí de lá eu arrumei mais problema</p> <p>eu sei que não adiantou nada, pois eu sei que errei, colhi o que plantei</p>	<p>Aprendeu a refletir que a vida no crime não compensa</p> <p>Perdeu não houve contribuições para a vida em liberdade</p>

Entrevistado	Relatos de experiências positivas	Relatos das perdas	Significados atribuídos às experiências
Emanuel	<p>Um aprendizado. E eu coloco hoje como se, não foi satanás que me colocou lá dentro, foi Deus que me colocou lá dentro, Ele me colocou lá pra mim viver aquilo ali, pra mim saber como que é, pra mim não voltar de novo.</p> <p>Eu precisava tá ali. Às vezes podia ser até um livramento. Poderia tá morto e eu lá dentro vejo que muitos colegas meus que morreram, que passava lá e fulano morreu, daí eu nossa, se eu tivesse lá poderia ter sido eu. Isso aí me ajudou bastante.</p>	<p>O tempo que a gente perde poderia tá fazendo alguma coisa diferente aqui fora. Se ficar ali dois anos, pode ser dois anos de curso, dois anos de trabalho, seja lá o que for, que seja pro bem, é um tempo perdido</p>	<p>Aprendeu a refletir sobre os próprios atos e a pensar na (re)construção do projeto de futuro; a fazer outras escolhas</p> <p>Perdeu um tempo que poderia ser aproveitado de outra forma</p>
Jonas	<p>Me ajudou e não ajudou.</p> <p>Ajudou porque se eu tivesse lá fora eu faria isso e aquilo, mas aqui dentro nós estamos pensando em ir, vamos sair daqui com a cabeça mudada, aí eu parei pensei nisso aí, eu vou ficar quietinho aqui mesmo que quando eu sair daqui eu vou arrumar um serviço pra mim ficar quieto, pra mim ficar lá fora. [...] é colocar a consciência no lugar, fazer uma reflexão do que você vai fazer</p> <p>Eu acho que ela ajuda. Igual eu te falei, ela ajuda a colocar as pessoas mais no seus direitos, mais conscientes do que ela vai fazer a partir de lá.</p>	<p>eu não indico pra ninguém, porque é muito ruim</p> <p>A lembrança pra mim lá foi só humilhação, só o que a gente se lembra é essa humilhação dos agentes falando e você não podia responder, você não podia fazer nada, você tem que aguentar calado.</p> <p>O que não ajuda é mais a companhia que tem lá dentro, o que tem adolescente que não é agarrado com nada, com pai, com a mãe, agarrado com ninguém nem com os próprios agentes, nem com as próprias técnicas.</p>	<p>Aprendeu a refletir e a conscientizar sobre os próprios atos; pensar na (re)construção do projeto de futuro.</p> <p>Perdeu a liberdade e sofreu humilhações, além de ter que conviver com pessoas que não buscam uma mudança de vida</p>

Entrevistado	Relatos de experiências positivas	Relatos das perdas	Significados atribuídos às experiências
Rafael	<p>Me ajudou a pensar mais, por causa de 5mil, 6 mil reais ficar 1 ano e 2. Não compensa</p> <p>eu quis tirar aquele tempo pra pensar no que eu fiz, pensar na minha vida. Então foi isso que eu quis fazer, foi isso que eu fiz.</p> <p>Significou muita coisa, me ensinou a viver de verdade. Porque eu não vivia, do jeito que eu tava eu não vivia, ficava só ni balada, festa, chagava em casa de madrugada, não tinha nem dialogo com minha mãe. O que esse tempo me ajudou foi que eu não tinha nenhum diálogo com a minha mãe, não conversava com ela, ela no canto dela ela e eu no meu.. Quando chegava só discutia, nem benção nem bom dia eu dava ela. Quando eu vejo ela, porque ela sai muito cedo, eu dou um abraço , eu brinco com ela mais .Antes eu nem olhava pra cara da minha mãe direito. Discutia com ela todo dia, eu vegetava, eu não vivia. Então o tempo lá me ensinou a viver.</p>	<p>Mas eu sinto ainda a perda do tempo q eu fiquei lá. As vezes eu penso comigo, pra que que eu fui fazer aquilo.</p> <p>Perca de tudo né, perdi meus irmãos crescendo, minha família... porque agora minha família toda é contra mim [...] então é muita perda de tempo o que eu podia ter feito eu não fiz porque tava lá preso.</p>	<p>Aprendeu a refletir sobre seus atos; a fazer novas escolhas para vida, a dar mais valor à família, dialogar com a mãe demonstrar seu afeto por ela</p> <p>Perdeu o tempo para realizar outras coisas de viver de acompanhar o crescimento dos irmãos, a confiança da família.</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme exposto no quadro acima, é possível perceber que o acautelamento comparece no processo educativo dos jovens de diversas formas, que alternam entre ganhos e perdas, especialmente ao se tratar do tempo da

juventude no vivido territorial. Assim, como contribuições, a privação de liberdade, modo geral, configura para os jovens como um tempo de reflexão sobre os atos cometidos e sobre a própria vida. Para alguns, um meio de não repetir os mesmos erros, de arrependimento, um aprendizado e ao mesmo tempo, um livramento. De outro modo, um dos participantes afirma que o período do acautelamento não contribuiu em nada.

As perdas no período da privação de liberdade são apreendidas de dois modos: como conseqüência pelos atos cometidos, visto que alguns jovens admitem que em razão do envolvimento com a criminalidade perderam a oportunidade de aproveitar o tempo de um modo mais produtivo, ou seja, “trabalhando”, “divertindo”, “passeando”, “acompanhando o crescimento dos irmãos” e outros. O que de certa forma, acaba por configurar, a nosso ver, como uma contribuição.

Por outro lado, o sentimento de perda está relacionado à questões da convivência no sistema socioeducativo, sendo figurada pelas humilhações sofridas por parte de alguns servidores, no convívio com os outros jovens e também, na não detecção das contribuições para a vida em liberdade – um tempo perdido. Assim, entendemos que os desafios enfrentados, a capacidade reflexiva e o nível de interesse em relação à mudança de vida ou de comportamento acabam por interferir no modo como os sujeitos compreendem a medida socioeducativa.

Neste sentido, retomamos as concepções de Saquet ao aludir que “Território e territorialidades condicionam-se: a construção do território é estabelecida pelas territorialidades” (SAQUET, 2007 p.27). Assim, concordando com o autor, entendemos que as territorialidades construídas no acautelamento são influenciadas pelo vivido territorial, estabelecidas nas (e pelas) relações sociais e de poder.

A perda em relação à confiança da família, em virtude do envolvimento com a criminalidade, é variável entre os participantes, pois, se para uns, tal situação denotou um prejuízo considerável, como nos casos de Daniel e Rafael, para outros, esse sentimento não veio à tona no momento da entrevista, como no caso de Emanuel. Entendemos que seja em razão do grupo familiar (mãe e irmãos) encontrar-se em situação análoga. Em outro caso, a exemplo de Jonas, pela confiança a ele depositada, principalmente pela sua mãe, esses vínculos não se mostraram enfraquecidos em seu discurso.

Quanto às possíveis contribuições e/ou perdas no acautelamento, chamou-nos a atenção as contradições apresentadas na fala de Elias, ao afirmar que “o crime não compensa” e ao mesmo tempo, relatar que o acautelamento “não ajudou em nada”. Desse modo, observamos que o discurso do jovem aponta que sua experiência foi demarcada pelo modo de sobrevivência à realidade imposta pela situação de acautelamento, cuja obediência às regras constituiu o processo de saída, mas que não gerou mudança, tornando-se apenas uma válvula de escape. Conforme já exposto na apresentação dos participantes da pesquisa, ao longo do diálogo, o jovem apresentava sinais de entorpecimento e se encontrava sob observação judicial pelo suposto envolvimento com a criminalidade.

Cabe destacar o caso de Daniel, cuja adolescência foi intercalada pelo acautelamento a partir dos 14 anos, sendo para ele um tempo de muitas perdas, o que nos provoca a pensar na ineficácia de políticas públicas preventivas capazes de resgatar esse jovem desse ir e vir do acautelamento. Corroborando com essa ideia, em seu discurso, o participante esclarece que a medida socioeducativa deveria propiciar mais oportunidades de inserção no mercado de trabalho, a fim de evitar o retorno à criminalidade.

Porém, ao longo do diálogo, percebemos que o entrevistado busca meios para justificar seu suposto retorno à criminalidade, referindo sempre à hiperatividade, ao ócio, à impaciência e contradizendo as contribuições da medida expostas por ele, quanto a ter aprendido a exercitar a paciência. Durante nossa conversa, ele insistia em dizer que o retorno financeiro propiciado pela criminalidade é muito rápido, segundo relatou: “no mundo do crime o dinheiro vem fácil” (Daniel). Cabe aqui retomar que, no momento da entrevista, o jovem encontrava-se acamado em razão de ter sido alvejado pela polícia militar em atividade suspeita, conforme relatado por sua mãe.

Ainda, em relação às perdas, alguns participantes consideram que o período vivido no acautelamento representa uma lacuna de um tempo na juventude e liberdade. A este respeito, Stecanela (2010, p.184) esclarece que “perder a juventude carrega consigo representações da morte do tempo, como se o tempo da vida lá fora fosse volátil, e o tempo da vida dentro da instituição se aproximasse de uma quase ausência de memória na perspectiva de uma não vida.”. Isto é, um

intervalo na vida desses sujeitos, um tempo perdido que não pode ser retomado ao viver em liberdade.

Conforme exposto ao longo desta discussão, é possível perceber o quanto o acautelamento impactou a vida dos jovens de várias maneiras. O vivido territorial, refletido agora na vida em liberdade, revela, por meio do expressar dos sentimentos captados ao longo dos diálogos, uma realidade marcada por essa experiência. Começamos por dizer, conforme destacamos no início deste capítulo que, nenhum dos participantes encontra-se trabalhando ou estudando.

Na oportunidade dos diálogos com as famílias e com os participantes, constatamos que a não vinculação à escola se dá basicamente por questões territoriais, por conta dos atos cometidos, pelo desinteresse de alguns, outros por priorizarem a entrada no mercado de trabalho ou ainda pelo desinteresse das instituições de ensino em recebê-los.

Com relação ao ingresso no mundo do trabalho, em razão da baixa escolaridade e pela falta de qualificação (cursos extramuros), conforme depoimentos, as oportunidades são sempre restritas. Para driblar as dificuldades de inserção no mercado, trabalham em serviços informais, como ajudante de pedreiro – lavador de carros – garajeiro e outros. Além disso, os jovens convivem com a questão das marcas deixadas pelo acautelamento, visto que muitos empregadores preferem não apostar no capital humano com histórico de envolvimento com a criminalidade, conforme o relato a seguir:

Porque nesse período que eu tive acautelado, eu tive muito desentendimento com adolescentes lá dentro e um desses desentendimentos me fez ser transferido pro cadeia público aqui do Santos Dumont. E esse ato me fez ter 2 anos e 6 meses como de maior e 2 anos assinando e 6 meses cumprindo serviço comunitário e eu precisava cumprir serviço comunitário, quando eu cheguei pro encarregado e falei com ele, aí no outro dia ele me mandou embora [...] quando eu sai eu fui julgado, me passaram a pena e eu tive que falar com ele que eu precisa de uma hora ou um dia na semana pra cumprir, aí no outro dia eles me mandou embora. (Emanuel)

Pelo que se observa no depoimento acima, apesar de ter cumprido seu dever com a justiça, as marcas deixadas pelo acautelamento foram decisivas para a não permanência do jovem no mercado formal de trabalho. Nisto, vemos a desobrigação de uma sociedade em inserir seus jovens na vida cidadã e de lhes oportunizar uma mudança no curso de suas vidas.

É interessante notar como os participantes reconhecem a importância de ter um suporte para o ingresso imediato no mercado de trabalho, a fim de evitar o retorno à criminalidade. O depoimento de Daniel deixa transparecer que o poder público deve promover meios para esse ingresso. Ele fala de algo mais concreto para a reinserção social, denotando os paliativos criados em forma de ações das mais diversas, no nosso entendimento, como uma sucessiva negação de direitos.

[...] isso que eu falei pra você, arrumar uns trabalhos, se a pessoa tiver bom comportamento porque essas merecem. Tem menino que vai jogar bola na praça esporte depois que sai, tem que ter um trabalho entendeu? Tinha que ter algo do governo! Entendeu? (Daniel)

As experiências relatadas pelos sujeitos desta pesquisa demonstram que o processo de reinserção social é fortemente marcado pelo vivido territorial, em que as territorialidades construídas influenciam na maneira com eles significam a vida em liberdade. Percebemos que a medida socioeducativa é vista de formas diferentes e que, singularmente, deixa transparecer como cada um viveu e sentiu o ônus do acautelamento.

Caminhando para nossas considerações finais, entendemos que o vivido territorial no acautelamento continua ativo nas lembranças, nos sentimentos e nos enfrentamentos para a reinserção social, cujas marcas deixadas interferem na qualidade de territorialização dos sujeitos, sendo explicitado por Haesbaert (2012) ao defender que:

[...] quem de fato perde o "controle" e/ou a "segurança" sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais "desterritorializados" ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados (HAESBAERT, 2012, p.20)

Conforme o autor, vivemos uma multiplicidade ou um conjunto de opções de territórios/territorialidades com as quais podemos interagir, ter acesso e trânsito, porém, oportunamente dizemos que os pontos de referência em que os jovens territorializam suas escolhas, muitas vezes são a pobreza, a desestrutura familiar, a escola de iguais para os desiguais e outros quesitos de excludentes sociais que determinarão as escolhas e os modos de vida em liberdade.

Face ao exposto, é importante reiterar, de acordo com Dayrell (2007, p.1112), que “aliada ao espaço, a condição juvenil expressa uma forma própria de viver o tempo.” Desse modo, entendemos que as experiências vividas na privação de liberdade propiciam aprendizagens diversas, considerando a multiplicidade dos modos de ser e viver a juventude, produzindo maneiras diferenciadas de vislumbrar novos tempos da vida além muros socioeducativos.

5 (IN) CONCLUSÕES

Todo mundo chama de violento a um rio turbulento, mas ninguém se lembra de chamar de violentas as margens que o aprisionam. Bertolt Brecht.

As muitas interpretações sobre o que é ser jovem na sociedade contemporânea e de como viver a condição juvenil no território da privação de liberdade moveram as intenções desta pesquisa. Ao dar voz aos jovens egressos do sistema socioeducativo no município de Governador Valadares, tivemos a oportunidade de mergulhar no campo das questões sociais que são debatidas pela sociedade, muitas vezes acaloradas pelo discurso midiático, e por vezes de forma equivocada, rotulando esses sujeitos como infratores ou marginais.

Assim, o presente estudo buscou compreender em que medida a experiência vivenciada na privação da liberdade contribui para a ressocialização dos jovens submetidos à privação de liberdade. Procuramos, por meio da história de vida dos sujeitos desta pesquisa, ampliar nosso olhar em relação à aplicação da medida socioeducativa, cujos depoimentos foram essenciais para detecção das experiências territoriais no acautelamento.

O trabalho apresentou a abordagem sobre a juventude ancorada na perspectiva sociológica, visto que este campo prioriza a noção dessa categoria de forma ampliada dos modos de ser jovem no contexto social, face às desigualdades e diferenças juvenis que compõem a realidade dos indivíduos. Assim, buscamos situar a juventude numa situação específica – isto é – em acautelamento.

Na sequência, retomamos o processo de consolidação das políticas públicas de atendimento à juventude, que tem, ao longo de sua história, estreita relação com a fragmentação das ações pretendidas e a não materialização dos dispositivos legais na garantia do direito à proteção integral dos sujeitos.

Por meio das contribuições dos estudos da Geografia, procuramos contextualizar a condição juvenil no acautelamento, amparada nos elementos constituintes das concepções territoriais pretendidas para este estudo, quais sejam – territorialidade e multiterritorialidade. A partir dos diálogos travados com os jovens,

foi possível perceber que o cotidiano vivido no território da privação de liberdade é marcado por desafios e conflitos diversos, em que a construção da identidade dos sujeitos é influenciada e forjada nas (e pelas) relações sociais instituídas no espaço vivido, mesclando modos de vida, cultura, desejos e anseios, sendo a condição juvenil fragilizada, devido aos enfrentamentos multiterritoriais diários, levando à construção de novas territorialidades.

Conforme evidenciado ao longo deste trabalho, a experiência socioeducativa leva os jovens a transitarem por múltiplos territórios, sendo ao mesmo tempo, filhos – alunos – cidadãos em conflito com a lei – e outros, numa tensão entre liberdade e aprisionamento. Neste sentido, os depoimentos evidenciaram que as territorialidades construídas ao longo do acautelamento coexistem na vida em liberdade, num movimento contínuo. Portanto, a análise do processo socioeducativo a partir dos sujeitos que vivenciaram tal experiência propiciou uma visão difusa na análise das questões que permeiam o processo de ressocialização.

Na escuta aos participantes, foi detectado que a experiência vivida na privação de liberdade impacta o sujeito egresso da medida de forma diversa, agregando ganhos e perdas. Os relatos apontaram como aprendizagens positivas do acautelamento, a reflexão, conscientização sobre os atos cometidos e suas consequências, sendo demonstrado por alguns, o desejo de não repetir os mesmos erros. As perdas são relacionadas, de modo geral, ao tempo da juventude vivido em acautelamento, às humilhações sofridas, a falta da liberdade, a fragilização dos vínculos familiares e o não entendimento do propósito da medida socioeducativa.

Apesar de detectarmos contribuições da medida socioeducativa, todavia, não se evidenciou de forma palpável, entre os sujeitos entrevistados, uma contribuição direta com o processo de reinserção social. Desse modo, entendemos que o processo de reinserção social é precarizado em virtude dos estigmas produzidos pela situação de acautelamento, pela baixa escolaridade e as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, não apenas pela falta de qualificação, mas principalmente, pelas resistências encontradas no âmbito social, o que acaba por potencializar, em alguns casos, o retorno à criminalidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que as experiências vividas provocam a reflexão e (suposta)

conscientização sobre os atos praticados, elas marcam a história dos sujeitos para a vida em liberdade, tornando complexo o retorno ao convívio social.

Entendemos que da forma como está organizada, a medida socioeducativa ainda é insuficiente para provocar o engajamento social, visto que o caráter educativo é suprimido pelas regras institucionais e, principalmente pelo encarceramento nos alojamentos. Nisto vemos que as experiências vivenciadas são marcadas pelo cerceamento dos modos de pensar e de agir, sendo a cultura e a identidade invadidas e homogeneizadas com o fim de conter os ânimos.

Esta questão nos leva a ratificar que a privação de liberdade figura para os jovens como um aprisionamento, tendo em vista o exercício de poder face às regras de convivência impostas no espaço vivido e que não significa, necessariamente, que serão praticadas na vida em liberdade. Assim, defendemos que isolar e conter os sujeitos não é um modo de educar para a vida.

Neste sentido, um dos grandes desafios ainda não superados plenamente, pelo que observamos, é a consolidação do princípio educativo da medida socioeducativa, isto é, a emancipação por meio do saber construído com (e pelos) sujeitos, a partir do qual, possam falar por eles mesmos, que sejam ouvidos, que participem do processo de formação, ao se conscientizarem da situação em que se encontram e, adquiram força para (re)escrever outra história de vida. Assim, entendemos que a cultura do encarceramento, que educa para o silêncio, não pode sobrepor o caráter pedagógico da privação de liberdade, que deve promover ações e projetos educativos que de fato surtam significados que se materializem na vida social.

A pesquisa aponta, ainda, outras fragilidades na aplicação da medida socioeducativa, sendo possível constatar que as atividades de qualificação profissional, quando existem, são descontínuas e rasas, não apresentando oportunidades concretas para a vida em liberdade. Portanto, as experiências vivenciadas no acautelamento apontam para contribuições pouco significativas no processo de ressocialização.

Neste sentido, este estudo busca contribuir com o processo de engajamento social juvenil, ao destacar a necessidade do fortalecimento dos vínculos intersetoriais, conforme já apontado como uma fragilidade no Plano Decenal

Municipal das medidas socioeducativas de Governador Valadares. Acrescentamos a interlocução com instituições socializadoras, como a escola e o mercado de trabalho, para a mobilização de um conjunto de ações que venham inserir os jovens com maior eficácia na vida social.

Conforme já pontuado nesta pesquisa, outros estudos devem ser priorizados, a fim de analisar o trabalho socioeducativo, as práticas profissionais e os enfrentamentos dela provenientes. Acreditamos também que a priorização de políticas públicas que reconheçam os jovens como sujeitos de direitos e que sejam pensadas a partir deles (senão com eles), é uma alternativa importante para o engajamento social juvenil.

Assim, o desafio de ler a realidade do acautelamento pela lente das concepções territoriais foi de fato complexo, mas capaz de dar visibilidade aos sujeitos desta pesquisa e os enfrentamentos individuais e coletivos no cotidiano socioeducativo. Neste sentido, este estudo nos permitiu perceber o quanto o acautelamento é marcado por sentidos e significados que acompanham os jovens pela vida afora. Assim como os jovens viveram (e vivem) multiterritorialidades, ao longo desta pesquisa, eu também passei por este processo. Construí novas territorialidades como pesquisadora, educadora, profissional e cidadã.

Finalizando estas considerações, ao expressar histórias de vida de sujeitos que se tornaram coautores desta pesquisa, apresento um referencial embasado nas concepções territoriais articuladas à perspectiva sociológica da juventude, com atenção aos jovens egressos do sistema socioeducativo de Governador Valadares, todavia sem a pretensão de esgotar as discussões aqui iniciadas. Desse modo, este estudo apresenta-se como um convite ao aprofundamento das questões em tela.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil**. Santiago: Ed. Última década, v. 10, nº.16, mar. 2002. p. 117-152.

ABRAMO, Helena W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. In:_____. (Org.) Juventude e Contemporaneidade. Brasília: MEC/UNESCO, 2007, p.73-90.

_____, FREITAS, M. V. & SPOSITO, M. P. **Juventude em debate**. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS Maria Virgínia de (Coord.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

BORGES, Doriam; CANO, Ignácio (Orgs.). **Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2009-2010**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.

_____. **Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2012**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf. Acesso: em 10 jan. 2016

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

Brasil. **Código de Menores**, Lei 6.697/79, dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697impressao.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 20 jan. 2016

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Resolução nº 113.** Parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, SEDH/CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/.arquivos/.spdca/.arqcon/117resol.pdf>.

Acesso em: 10 fev. 2016

_____. **Resolução n.º 117**, de 11 de julho de 2006, altera dispositivos da Resolução, n.º 113/2006, Brasília, SEDH/CONANDA, 2006^a

_____. **Resolução 119 de 11 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Disponível em: www.mprs.mp.br/areas/gapp/arquivos/resolucao_119_conanda. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. **Resolução nº 160.** Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, Brasília, SEDH/CONANDA, 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>. Acesso em: 30 mar. 2016

_____. **Lei 12.594/2012.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www1.direitoshumanos.gov.br/sedh/.arquivos/.spdca/sinase_integra1.pdf. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. SDH-PR - Secretaria de Direitos Humanos - Presidência da República. **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei.**, Brasília-DF, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/levantamentos-anuais>. Acesso em 10 fev. 2016.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Orientações técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011.

_____. SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014.

Disponível: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/8355/Indice_vulnerabilidade_WEB_Escuro.pdf. Acessado em 10 de Fev.2016.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **A participação social e política de jovens no Brasil**: considerações sobre estudos recentes. Rev. O Social em Questão – PUC-RIO Ano XV - nº 27 – 2012. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf. Acessado em 20 de Fev. 2016

CARRANO, Paulo César Rodrigues. SPÓSITO, Marília Pontes. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. In._____. (Org.) Juventude e Contemporaneidade. Brasília: MEC/UNESCO, 2007, p.179-215.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes**. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.2, jul./dez. 2002

DAYRELL, Juarez. **A escola faz as juventudes?** reflexão em torno da socialização juvenil. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. In: Revista Brasileira de Educação, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, nº 24, Set/ Out/ Nov/ Dez/ 2003, p. 40 – 52.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil. ABRAMOVAY, Miriam. (org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009. xxiii, 295 p.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997. 326 p.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos: curso elementar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 413 p.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005. p. 6774– 6792.

_____. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **O mito da desterritorialização econômica**. Revista Geographia, Rio de Janeiro, v.6, n.12, p.25-48, 2004.

_____. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista GEOgraphia. Ano 9, No 17, 2007, p. 19-46

HALL, Stanley. **Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education (Vols. I & II)**. New York: D.Appleton & Co, 1904.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* –Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 20 Mar. 2016.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Doutrina e Jurisprudência. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MASSEY, Dorren. A vida no espaço. In.:_____ **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro, Bertrand, 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. **Plano decenal de atendimento socioeducativo do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/Plano%20Decenal%20para%20Consulta%20P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

NONATO, Eunice Maria Nazarethe. **Projeto de pesquisa e extensão JED - Juventude, Educação e Direito**: ação de intervenção em um Centro Socioeducativo. Governador Valadares: Univale, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude**: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>.
Acessado em: 20 Abr.2016

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

PERALVA, Angelina. **O jovem com modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPEd, nº 5/6. 1997.

_____. In FÁVERO, Osmar (Org.) et al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: Unesco: ANPED: MEC, 2007. 281 p.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. in CNPD. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998, v.2.p.731 – 752, Disponível em: <http://forumdejuventudesribeirao.blogspot.com.br/2012/08/texto-jovens-acontecendo-na-trilha-das.html>. Acesso em: 25 Mai. 2016

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. & SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Por uma abordagem territorial**. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei – da indiferença à proteção integral**: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SE LIGA. **Programa de acompanhamento ao adolescente desligado das medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade**. Disponível em: http://www.ijucimg.org.br/editais/Metodologia_Se_Liga_24-04.pdf. Acesso em: 10 maio. 2016.

SPÓSITO, Marília; TOMMASI, L; MORENO, G.G. **Adolescentes em processo de exclusão**. In. SPÓSITO. M. P. (Org.). O estado da arte sobre a juventude na pós-

graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte. ARGVM. 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rorigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. IN: Revista Brasileira de Educação, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, nº 24, p. 16 – 39, ND. 2003 Dez.

SPOSITO, M. P. (Org.). **O campo de estudos de juventude no Brasil: Estado da Arte (1999-2006)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem>. Acesso em 20 de jan. 2016.

_____. **Políticas metropolitanas de juventude: projeto temático**. São Paulo, 2002, mimeo.

STECANELA, Nilda. **Ecos de um cotidiano juvenil: as escritas de si na privação de liberdade**. Conjectura, v. 15, n. 3, set./dez. 2010

_____. **(org.). Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade**. Caxias do Sul, RJ: Educs, 2012.

_____. **Os dilemas do tempo e as (in)quietudes cotidianas juvenis**. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Sandra/Downloads/sbs2009 GT26 Nilda Stecanela%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Sandra/Downloads/sbs2009 GT26 Nilda Stecanela%20(4).pdf). Acessado em: 25 de mar. 2016.

VOLPI, Mário. (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 3. ed São Paulo: Cortez, 1999. 87

WAISELFISZ, J. **Mapa da Violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Ministério da Justiça. 2014. em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acessado em: 12 de mar. 2016.

_____. **Mapa da Violência: Mortes matadas por arma de fogo**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Ministério da Justiça. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2016.

ANEXO - A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA PESQUISA:

Título Provisório: A EXPERIÊNCIA VIVIDA NO ACAUTELAMENTO COMO CONSTRUTORA DE MULTITERRITORIALIDADES: a medida socioeducativa na percepção do jovem em situação de conflito com a lei
Pesquisadora responsável: Sandra Dias Pereira da Costa
Contato com a pesquisadora responsável:
Endereço: Rua da Fraternidade, nº 401 Vila Rica – Governador Valadares/MG

2 – IDENTIFICAÇÃO INSTITUIÇÃO:

INSTITUIÇÃO: Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA Rua Israel Pinheiro, 2000 – Campus Universitário – Tel.: 3279 5575

Prezado (a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: “A experiência vivida no acautelamento como construtora de multiterritorialidades: a medida socioeducativa na percepção do jovem em situação de conflito com a lei”, vinculada à área de ciências Humanas e Sociais.

O objetivo(s) da pesquisa é identificar o que os jovens/adolescentes que passaram pela privação de liberdade dizem sobre a medida socioeducativa e se reconhecem nela contribuições para sua reinserção na escola e/ou no trabalho.

Esta pesquisa é relevante por priorizar o estudo direcionado aos jovens em situação de conflito com a lei na observância de suas especificidades e necessidades inerentes à garantia de direitos para a (re) inserção na vida em sociedade.

Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as instruções que informam sobre os procedimentos:

1) O pesquisador fará com os participantes uma entrevista, em que será oportunizado que o entrevistado fale sobre as experiências vividas durante o período da privação de liberdade. Esta entrevista será gravada para manter a fidelidade da fala do entrevistado. A gravação será mantida em total sigilo. Caso alguma pergunta cause estresse ou constrangimento, não é necessário responder, bastando solicitar que passe para a pergunta seguinte. Durante a entrevista, o pesquisador estará à disposição para esclarecer sobre quaisquer dúvidas que houver em relação às perguntas. O participante

tem o direito de recusar-se a participar da pesquisa em qualquer momento durante a entrevista.

2) O tempo previsto para a entrevista é de sessenta minutos. A atividade ocorrerá individualmente em sala reservada na sede do Programa Se Liga para se preservar a identidade e privacidade dos participantes.

3) A participação na pesquisa não é obrigatória. Mas caso opte em participar, serão garantidos todos os cuidados necessários à participação de acordo com os direitos individuais e respeito ao bem estar físico e psicológico.

4) Serão garantidos o anonimato e privacidade aos participantes, assegurando-lhes o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam gerar quaisquer comprometimento e/ou constrangimento. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes.

5) A participação poderá envolver os seguintes riscos: Os riscos previstos são provenientes da exposição dos jovens a situações estressantes ao serem convidados a narrar situações da vida pessoal que podem remeter a experiências vivenciadas e que não foram positivas. Caso haja situações de risco as entrevistas serão suspensas

6) Prevêm-se como alguns dos benefícios da realização dessa pesquisa: identificar os significados da medida socioeducativa de privação de liberdade, a partir do olhar dos jovens/adolescentes; ampliar as discussões sobre a política socioeducativa e oferecer às instituições sociais elementos teóricos para a melhor compreensão em relação aos jovens em situação de conflito com a lei.

7) Os resultados obtidos com a pesquisa serão apresentados em eventos ou publicações científicas e fará parte dos resultados da minha pesquisa de dissertação de Mestrado.

Confirmando ter sido informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu livre consentimento.

Governador Valadares, ____ de ____ de _____.

Nome do participante ou responsável: _____

Assinatura do participante ou responsável: _____

Assinatura do Pesquisador responsável: _____

ANEXO - B

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A experiência vivida no acautelamento como construtora de multiterritorialidades: a medida socioeducativa na percepção do jovem em situação de conflito com a lei

Pesquisador: Sandra Dias Pereira da Costa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56239216.7.0000.5157

Instituição Proponente: Fundação Percival Farquhar/ FPF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.656.415

Apresentação do Projeto:

Satisfatório e de grande relevância.

Objetivo da Pesquisa:

Satisfatório, objetivos estão claros e devidamente descritos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Satisfatório, os riscos e benefícios foram muito bem descritos, tanto no Projeto quanto no TCLE

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa em síntese é relevante e justificável. Com uma grande riqueza de revisão bibliográfica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos devidamente apresentados e assinados.

Recomendações:

Nenhuma recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000 - Bl F1 - Sala 02
Bairro: Universitário CEP: 35.020-220
UF: MG Município: GOVERNADOR VALADARES

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



Continuação do Parecer: 1.056.415

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do CEP/UNIVALE, em reunião ordinária, acompanha o parecer do Relator e considera o Projeto Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	P8_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_718388.pdf	11/07/2016 09:52:39		Acelto
Outros	CARTA_AUTORIZAÇÃO_DE_PESQUIS A.pdf	11/07/2016 09:50:33	Sandra Dias Pereira da Costa	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	18/05/2016 11:45:10	Sandra Dias Pereira da Costa	Acelto
Outros	PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP .pdf	18/05/2016 11:41:06	Sandra Dias Pereira da Costa	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_CONSENTIMENTO_LIVRE_E SCLARÉCIDO_TCLE.pdf	18/05/2016 11:19:29	Sandra Dias Pereira da Costa	Acelto
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	18/05/2016 11:12:49	Sandra Dias Pereira da Costa	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOVERNADOR VALADARES, 27 de Julho de 2016

Assinado por:
Ivana Cristina Ferreira Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000 - B1 F1 - Sala 02
Bairro: Universitário CEP: 35.020-220
UF: MG Município: GOVERNADOR VALADARES

ANEXO - C

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**As relações sociais no acautelamento**

Como era sua rotina no Centro Socioeducativo, o que fazia desde à hora em que você acordava?

De tudo o que você fazia lá, o que você mais gostava? Por quê?

E o que menos gostava? Por quê?

Com quem você gostava de conviver? Por quê

Com quem você não gostava de conviver? Por quê

Quais as regras que você aprendeu no Centro Socioeducativo?

O que você aprendeu com elas?

Educação e socialização

O que você acha da escola do CSESFA?

O que você aprendeu lá (na escola)?

O que você aprendeu na escola e/ou nas oficinas te ajuda a conseguir trabalho?

Se você pudesse mudar alguma coisa naquela escola, o que você mudaria e por quê?

Além da escola, quais as outras atividades realizadas por você durante o acautelamento? você gostava? sim ou não e por quê?

Você fez curso profissionalizante no período do acautelamento? Qual (is)

Encontros com a família

Como eram os momentos da visita?

Quem mais te visitava durante o tempo que ficou no CSESFA?

Você fez alguma visita externa à sua família durante o acautelamento? (em caso positivo, perguntar como foi esse momento)

As aprendizagens - experiências vividas

O que você aprendeu durante o tempo que você ficou acautelado?

Do que mais você sentia falta enquanto esteve no Centro Socioeducativo?

O acautelamento te ajudou em alguma coisa? Sim ou não e Por quê?

O que representa para um jovem ser acautelado?

O que essa experiência significou para você?

Quais as lembranças que você tem do CSESFA?

ANEXO - D

AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA DE CAMPO – SUASE



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas
Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa

PARECER SOBRE PROJETO DE PESQUISA

Pedido 006.2016: Autorizado

A Suase – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, por meio da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa (DIP), autoriza a realização da pesquisa intitulada “A experiência vivida no acatamento como construtora de multiterritorialidades: a medida socioeducativa na percepção do jovem em situação de conflito com a lei” pela estudante Sandra Dias Pereira da Costa.

Após análise do projeto, concluiu-se que a pesquisa, de maneira geral, está aprovada, do nosso ponto de vista. A pesquisa tem por objetivo essencialmente identificar o que os jovens que passaram pela privação de liberdade dizem sobre a medida socioeducativa e se reconhecem nela contribuições para sua reinserção na escola e/ou no trabalho. A coleta de dados será realizada por meio da narrativa dos sujeitos e direcionada por entrevistas semiestruturadas. Tais entrevistas terão como pano de fundo as experiências vivenciadas pelos jovens consoantes às relações sociais, às regras institucionais e aos processos educativos propostos no bojo da medida socioeducativa. Serão realizadas na sede do Programa Se Liga, em sala reservada, a fim de preservar o sigilo. As entrevistas serão gravadas para posterior transcrição na íntegra a fim de manter a fidelidade dos dados coletados, sendo o tempo para cada entrevista de aproximadamente de uma hora. Tais entrevistas se tornarão objeto de análise e interpretação dos dados a fim de identificar os significados que os jovens atribuem às experiências vivenciadas no acatamento.

A questão do dia e horário para visitação e realização da pesquisa deverá ser tratada entre pesquisadora e unidade, sendo intermediada somente quando necessário pela DIP.



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas
Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa

A pesquisa será realizada no núcleo do Programa Se Liga de Governador Valadares:

Governador Valadares/Teófilo Otoni
Coordenadora: Jaqueline
Endereço: Avenida Brasil, 2204 - Centro - Governador Valadares - MG
Telefone: (33) 3226-0730
E-mail: sellga.ooord.reg.gveto@gmail.com

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

A Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa se coloca à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2016

HUGO MAIA ALVES DA COSTA
Diretor de Gestão da Informação e Pesquisa